

FACULDADE LATINO - AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

MARIA EMÍLIA MENDES REIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE
ESCOLAR MUNICIPAL CHIQUINHO CAZUZA E MODESTINA MONTE NO
MUNICÍPIO DE ALTOS-PI

ALTOS - PI

2021

MARIA EMÍLIA MENDES REIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE
ESCOLAR MUNICIPAL CHIQUINHO CAZUZA E MODESTINA MONTE NO
MUNICÍPIO DE ALTOS-PI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa.Dra. Juliete Miranda Alves

ALTOS - PI
2021

Ficha Catalográfica

REIS, Maria Emília Mendes.

Programa Bolsa Família: Combate à evasão escolar na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuza e Modestina Monte no Município de Altos-Piauí / Maria Emília Mendes Reis. Belém: FLACSO/FPA – 2021.

Quantidade de folhas f.: 77

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas),
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Juliete Miranda Alves

MARIA EMÍLIA MENDES REIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE
ESCOLAR MUNICIPAL CHIQUINHO CAZUZA E MODESTINA MONTE NO
MUNICÍPIO DE ALTOS-PI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

Profa. Dra. Juliete Miranda Alves - Orientadora
FLACSO Brasil/FPA

Prof.Dr. Marcelo Ribeiro Uchoa - 2º membro da banca
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Mas.Maryelle Inacia Morais Ferreira - 3º membro da banca
FLACSO Brasil / FPA

Dedico esta dissertação a minha família, minha razão e minha luz para seguir em frente. Meu marido, Jairo Francisco dos Reis, meu amigo e meu companheiro, que me apoiou e ficou em casa cuidando de nossos filhos, para que eu seguisse em paz na busca do conhecimento. Meus filhos Jairo Filho e Arwen Esther que entenderam minha ausência, são meus maiores tesouros, meu norte para segui em frente. A minha amada mãe Dulcemi Vidal e irmã Elieza Lemos que prontamente sempre me incentivaram. E ainda a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram, e aos que se aventuraram nessa viagem comigo em busca de voos mais Altos.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo existir, por sua inspiração e influência do universo, por ter enviado anjos para me ajudar como amigos(as) que ganhei de presente neste percurso: Rita de Cássia, Carlos Eduardo, Catarina Senna e meu amado amigo Raimundo Lopes. A Deus, por ter me protegido, guiado e me fortalecido nas adversidades.

À minha amada Família pelo apoio e incentivo, por compreenderem minha falta nos momentos em que tive que viajar, pelo cuidado com meus filhos, pela torcida e incentivo.

A minha querida cidade (Altos- Piauí) pela oportunidade que me deste de representá-los junto a educação, pela acolhida da direção da escola, professores, supervisor e coordenadores das escolas Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte, cidade onde nasci, cresci e tive a oportunidade de aprender e desenvolver meu conhecimento. Que acolhe tantas pessoas que me respeitam e que eu admiro.

Aos mestres com carinho, em especial a minha orientadora Juliete Alves, pelo conhecimento e cuidado que conduziram esse trabalho, pelas muitas vezes que aumentaram os prazos das atividades na plataforma, que mesmo eu acidentada prontamente se preocuparam comigo para que eu permanecesse no curso e por me ajudarem com palavras de incentivo. Foi uma dávida aprender com vocês nesse percurso.

Aos colegas de trabalho e de turma: Raimundo Lopes, Lívia, Marcelo Mascarenhas, Jordan, Leonardo e Ceíça que convivemos esses momentos juntos viajando de ônibus ou de carro, dividimos despesas, desabafos, conhecimentos, sonhos de termos um mundo melhor.

Pedi, e dar-se-vos-á;
buscai, e encontrareis;
batei, e abrir-se-vos-á.
Porque, aquele que pede, recebe;
e, o que busca, encontra;
e, ao que bate, abrir-se-lhe-á.

Escritura: Mateus 7:7-8
Autor: Bíblia Sagrada

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma abordagem teórica e pesquisa de campo, sobre as políticas públicas do Programa Bolsa Família (PBF) considerando o seu contexto histórico/social, sua formalização institucional, princípios norteadores bem como seus resultados para o conjunto da sociedade brasileira e até para o mundo, referente a sua contribuição ao combate à evasão escolar na Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no município de Altos-PI. A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo bibliográfico levantando o seguinte questionamento: qual o impacto do Programa Bolsa Família no combate à evasão escolar na Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no período de 2018 a 2019 no Município de Altos-PI? E teve como objetivo geral nortear a importância do Programa Bolsa Família como um programa de políticas públicas no combate à evasão escolar no período de 2018 à 2019 nas escolas municipais Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no município de Altos-PI. Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva, tendo como campo de atuação a Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no Município de Altos-PI. Foram sujeitos da pesquisa, os pais ou responsáveis e alunos cadastrados no programa, gestores, professores, coordenadores e supervisor. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados questionário e entrevista semi-estruturada e a observação feita nas escolas foco deste estudo. A conclusão em torno da pesquisa revelou que o programa bolsa família é de fundamental importância para diminuir a evasão escolar, no entanto não resolve a questão do rendimento escolar do aluno em sala de aula, necessitando de políticas públicas capaz de reverter essa situação. Portanto pode-se relacionar às dificuldades socioeconômicas das famílias, a falta de políticas públicas constantes para a permanência do aluno na escola, dentre outros fatores, resultando em instrumentos para políticas públicas afirmativas com educação de qualidade e em consequência o aumento de alunos que irão concluir o ensino fundamental com êxito.

Palavras chaves: Programa Bolsa Família; Evasão escolar; Aprendizagem; Políticas públicas.

ABSTRACT

Esta disertación presenta un enfoque teórico e investigación de campo, sobre las políticas públicas del Programa Bolsa Família (PBF) considerando su contexto histórico / social, su formalización institucional, principios rectores así como sus resultados para el conjunto de la sociedad brasileña e incluso para el mundo, en cuanto a su contribución a la lucha contra la evasión escolar en la Unidad Escolar Chiquinho Cazuzo y Unidad Escolar Modestina Monte en el municipio de Altos-PI. La investigación se desarrolló a partir del estudio bibliográfico, planteando la siguiente pregunta: ¿cuál es el impacto del Programa Bolsa Família en la lucha contra la deserción escolar en la Unidad Escolar Chiquinho Cazuzo y Unidad Escolar Modestina Monte en el período 2018 a 2019 en la ciudad de Altos-PI? Y su objetivo general fue orientar la importancia del Programa Bolsa Família como programa de política pública en la lucha contra la deserción escolar de 2018 a 2019 en las escuelas municipales de Chiquinho Cazuzo y Modestina Monte en el municipio de Altos-PI. Se desarrolló una investigación descriptiva cualitativa, con la Unidad Escolar Chiquinho Cazuzo y la Unidad Escolar Modestina Monte en Altos-PI como campo de acción. Los sujetos de investigación fueron padres o tutores y estudiantes registrados en el programa, gerentes, docentes, coordinadores y supervisores. Como instrumento de recolección de datos se utilizó un cuestionario semiestructurado y una entrevista y observación realizada en las escuelas de enfoque de este estudio. La conclusión de la investigación reveló que el programa Bolsa Família es de fundamental importancia para reducir la evasión escolar, sin embargo no resuelve el tema del desempeño estudiantil en el aula, requiriendo políticas públicas capaces de revisar esta situación. Por tanto, puede estar relacionado con las dificultades socioeconómicas de las familias, la falta de políticas públicas constantes para la permanencia del alumno en la escuela, entre otros factores, resultando en instrumentos de políticas públicas afirmativas con educación de calidad y, en consecuencia, el aumento de alumnos que completará la escuela primaria con éxito.

Key words: Programa Bolsa Família; Evasión escolar; Aprendiendo; Políticas públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 01 Mais de 14,28 milhões de famílias recebem o Bolsa Família em 2020.....	25
Quadro 1 Perfil das gestoras pesquisadas.....	52
Gráfico 1 - Famílias Beneficiárias do PBF.....	23
Gráfico 2 - Famílias em extrema pobreza no Brasil.....	24
Gráfico 3 - Estados, com informação de frequência escolar do PBF acima de 89,30% nos meses de Março e fevereiro de 2019.....	28
Gráfico 4: Motivos de baixa frequência registrados no mês de março de 2019.....	29
Gráfico 5 - Quantos alunos do ensino fundamental foram matriculados e não concluíram o ano letivo em 2018 a 2019.....	53
Gráfico 6: A formação escolar do grupo da administração e do corpo docente da escola:.....	56
Gráfico 7: Você acredita que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar com sucesso de crianças e adolescentes beneficiários? Justifique sua resposta.....	57
Gráfico 8: Na sua opinião o programa bolsa família realmente faz mudança na vida de quem o recebe?.....	61
Gráfico 9: Pai/mãe ou responsáveis e alunos(as).....	63
Gráfico 10: Você acha que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar de crianças e dos adolescentes?.....	64
Gráfico 11: Na sua opinião quais motivos levam os alunos a abandonarem a escola?.....	65
Gráfico 12: Na sua opinião, o que é necessário para combater a evasão com a permanência do aluno da escola, além do Programa Bolsa família?.....	66

LISTA DE SIGLAS

CHESF	A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNPJ	Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	O Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério de Educação e cultura
PBF	Programa Bolsa família
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SVE	Situação de sem Vínculo Escolar
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
UBS	Unidade Básica de Saúde
PDDE	Plano Dinheiro Direto na Escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO 01 - POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA DO BEM-ESTAR SOCIAL	15
1.1 O Programa Bolsa Família	19
1.2 As três dimensões do bolsa família	21
1.3 Controle da frequência escolar para diminuir a evasão escolar por meio do Programa Bolsa Família.....	25
CAPITULO 2 - EVASÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM	28
2.1 Evasão escolar	28
2.2 Concepção da aprendizagem	36
2.3 Superando as dificuldades da aprendizagem.....	40
CAPITULO 3 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CHIQUINHO CAZUZA E MODESTINA MONTE NA CIDADE DE ALTOS – PI	44
3.1 O Programa Bolsa Família no estado do Piauí e no município de Altos.....	44
3.2 Caracterização do município de Altos, da Unidade Escolar Modestina Monte e Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza	46
3.2.1 O município de Altos	46
3.2.2 A Unidade Escolar Modestina Monte	48
3.2.3 A Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza	49
3.3 As entrevistas e os questionários.....	51
3.3.1 Entrevistas com Gestoras da escola Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte	51
3.3.3 Análise do questionário 2 – alunos(as) e pais ou responsáveis	61
3.4 Análise dos Resultados.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o território brasileiro, objetivando diminuir a situação de desigualdade e superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Assim, o programa visa garantir o direito à alimentação, saúde e educação. Associando este tema a questão do acompanhamento da frequência escolar, pois é um dos requisitos como condicionalidade do programa, assumidos pelas famílias e acompanhado pelo poder público nas áreas de educação, saúde e assistência social, para ter continuidade no recebimento dos benefícios do Bolsa Família. No entanto na área da educação a frequência escolar deve ser de pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, durante o período letivo.

A Lei Federal nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, cria o Programa Bolsa Família, antes da lei ser promulgada, o Programa era executado por meio da Medida Provisória nº 132, na data 20 de outubro/2003, onde tem origem na unificação dos seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, criados em 2001. Em face as informações citadas anteriormente, a evasão é uma situação problemática a qual desencadeia uma série de determinantes sociais na vida dos sujeitos, por prejudicar não só no fracasso do estudante como da própria instituição pública, e da sociedade. A evasão escolar pode gerar sentimentos que resultam na dificuldade em desenvolver habilidades e competências adquiridas ao longo da vida estudantil, causado pela insegurança, desmotivação e conseqüentemente o abandono dos estudos.

Infere-se disso que o combate à evasão escolar tem sido tarefa árdua e desafiadora aos profissionais da educação, em razão do fracasso escolar ser considerado um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente entre as camadas carentes da sociedade. A presente dissertação apresenta abordagens práticas e teórica sobre as políticas públicas do Programa Bolsa Família, analisou-se o contexto histórico/social, sua formalização institucional, princípios norteadores bem como seus resultados para o conjunto da sociedade brasileira e até para o mundo. A finalidade em entender sobre o Programa Bolsa Família se contribui para a permanência da criança/adolescente na escola e ao mesmo tempo faz um acompanhamento do aluno, procurando minimizar a problemática do fracasso escolar; no qual por si só traz muitas conseqüências e ao mesmo tempo procura explicar a evasão escolar que vai além das deficiências do aluno, pois somam a outros agravantes por exemplo: as condições psicológicas,

financeiras do meio familiar, a interação professor-aluno, aspectos internos e estruturais da organização escolar.

Entretanto, as escolas Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no Município de Altos-PI, têm muitos alunos os quais recebem o bolsa família ou estão em estado de vulnerabilidade. Aos arredores moram famílias carentes e que há casos de muitas mães ou avós, as quais criam essas crianças, cujas famílias evadiram da escola e se encontram em situações precárias. Assim, sobre essa temática se problematiza em várias questões: O que leva os alunos a não concluírem o ano letivo no ensino da educação básica? Qual a visão dos professores e dos pais sobre as causas da evasão escolar? E como fazer para esses educandos permanecerem com sucesso na escola? A partir desses questionamentos, o problema central da pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: Qual o impacto do Programa Bolsa Família no combate à evasão escolar na Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no período de 2018 a 2019 no Município de Altos-PI?

O objetivo geral reside em analisar O Programa Bolsa Família, como um programa de políticas públicas no combate à evasão escolar no período de 2018 à 2019 nas escolas municipais Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no município de Altos-PI, tendo como objetivos específicos analisar o que os professores e coordenadores das escolas consideram sobre a evasão escolar e se O Programa Bolsa Família contribuiu na permanência dos alunos na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no Município de Altos-PI. Procurou-se também avaliar os resultados encontrados em decorrência da implantação do Bolsa Família junto aos alunos e responsáveis entre o rendimento escolar e a diminuição da evasão escolar.

Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva, utilizou-se como instrumento de coleta de dados questionário e entrevista e a observação feita na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no Município de Altos-PI, o questionário para aluno e pais ou responsável era estruturado fechado, devido a dificuldade do acesso ao número de família no período do afastamento social pela Covid-19, utilizando assim, um questionário online; Já a entrevista e o questionário para os Gestores e profissionais administrativo das escolas foram semiestruturado para profissionais da educação, porque se questionou de forma subjetiva algumas respostas, na qual os professores e gestores justificaram suas respostas de acordo com sua experiência profissional.

A análise e interpretação dos dados das entrevistas aos gestores da escola, os sujeitos da investigação foram dois gestores de cada escola pesquisada identificados pelas letras: GC (gestor da escola Chiquinho Cazuzza), GM (gestor da escola Modestina Monte). Na escola do

Chiquinho Cazuzo responderam ao questionário 27 pessoas sendo 03 do grupo da administração (gestores, coordenação, supervisão) 24 professores, já na Escola Modestina Monte foram 24 pessoas, as quais responderam o questionário, sendo 3 do grupo da administração (gestores, coordenação, supervisão) e 21 do corpo docente, para facilitar a apresentação dos resultados, foi selecionado respostas dos sujeitos os quais serão identificados como PC (professores do Chiquinho Cazuzo) e PM (Professores do Modestina Monte).

Por outro lado a análise e interpretação dos dados do questionário feito ao pai/mãe ou responsável e alunos(as) do campo de pesquisa foram perguntas objetivas, muitos pais responderam às perguntas, sendo todos beneficiários do Programa bolsa Família, foi enviado um formulário de perguntas para eles responderem no grupo de whatsapp de pais da escola, consta alunos(as) e pais/mães ou responsáveis nas escolas Chiquinho Cazuzo sendo um total de 96 pessoas, sendo 54 (pai/mãe ou responsável) e 42 alunos(as) na escola Chiquinho Cazuzo.

Vale frisar que a maioria dos estudantes da escola Chiquinho Cazuzo mesmo com baixa renda e muitas dificuldades por estudarem numa escola no centro da cidade, eles têm mais acesso à internet, diferente dos pais/mãe ou responsáveis e alunos da escola Modestina Monte, cujos responderam o questionário 63 pessoas sendo 56 pai/mãe ou responsável e 7 alunos(as). Cita-se nesses estudos alguns teóricos os quais abordam sobre essa temática, tais como: Azevedo (2020); Giovanni(2009); Castro (2012); Arretche(2019) entre outros.

A estrutura do trabalho segue a divisão em três capítulos, sendo o primeiro capítulo sobre as políticas públicas como instrumentos de garantia do bem-estar social, subdividindo em subtópicos como: o Programa Bolsa Família; as três dimensões do bolsa família e o controle da frequência escolar para diminuir a evasão escolar por meio do Programa Bolsa Família, no entanto analisou que o bolsa família tem grande relevância no acompanhamento da frequência dos alunos e por isso muitos pais se responsabilizam a fim de que seus filhos não falem a escola para não perder o benefício e a escola cumpra seu papel junto à comunidade escolar fazendo o seu monitoramento.

No capítulo dois, intitulado: evasão escolar e educação aprendizagem, tendo como subtópicos, a evasão escolar; concepção da aprendizagem e superando as dificuldades da aprendizagem; nesse capítulo percebeu-se que a evasão escolar ainda é um problema social e presente na educação por diversos fatores referentes a desestrutura familiar, falta de interesse do aluno, ausência de políticas públicas adequadas, ensino de má qualidade, gravidez na adolescência, falta de motivação do professor em sala de aula, dentre outros. Também vale ressaltar que apenas o programa bolsa família controlando a frequência dos alunos, os quais recebem o benefício, não é o suficiente, logo requer o acompanhamento do rendimento escolar

desse aluno e para isso, faz-se necessário políticas públicas e projetos engajados tanto nas escolas quanto por seus governantes, ministério da educação com o objetivo de se criar condições favoráveis com a finalidade do aluno aprender e não se evadir da escola. Por outro lado, obter uma educação de qualidade, capaz de tornar um cidadão ativo e participativo na sociedade.

No capítulo três, foi apresentado os resultados da pesquisa que se refere ao impacto do Programa Bolsa Família no combate à evasão escolar na Unidade Escolar Chiquinho Cazuzu e Unidade Escolar Modestina Monte no período de 2018 a 2019 no município de Altos-PI. Contudo, foi possível apontar as principais causas e destacar o fracasso escolar, tanto no município de Altos, como nos demais municípios brasileiros. A evasão escolar é considerada um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente entre as camadas carentes da sociedade, caracterizando o Programa Bolsa Família no Piauí e na cidade de Altos.

CAPITULO 01 - POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Para melhor entender a importância do Programa Bolsa Família (PBF), será necessário uma breve análise sobre as políticas públicas e seus benefícios para a sociedade, porque políticas públicas no Brasil é de suma importância para diminuir vários problemas os quais acarretam na sociedade brasileira, sendo a principal delas a necessidade de equidade e igualdade social. O Programa Bolsa Família constitui uma política social de transferência de renda, cujo foco são as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

O Estado de Bem-Estar Social (Welfare State)¹, se caracteriza pela intervenção do Estado na vida social e econômica. Portanto, o Estado intervém na economia para garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos através da distribuição de renda e a prestação de serviços públicos como saúde e educação. Considerando a necessidade do tema referente a trajetória histórica das políticas públicas no Brasil e como estas tornam-se importantes instrumentos de garantia ao bem-estar social. Por outro lado como um dos objetivos do estado de bem estar social é também regular a economia, possibilitando políticas de distribuição de

¹ Criado por Otto von Bismarck da Alemanha, conhecido como “chanceler de ferro” no século XIX, a definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p. 2)

renda e serviços públicos na área da saúde e educação, então pode-se inferir que não se trata somente de um direito elencado na Constituição Federal, mas primordialmente um dever do Estado de criar políticas públicas capazes de efetivar a garantia desses direitos de forma plena e satisfatória. A definição de políticas públicas não está limitada apenas a uma versão, de acordo com Azevedo (2020, p.30) " as políticas públicas são conjuntos de ações de escolha ou renúncia realizadas pelo governo para grandes questões de ordem pública, interferindo diretamente na vida dos cidadãos e na organização social."

O momento em que as políticas públicas aparecem no Brasil, foi em meados do ano de 1930, quando surgiram as primeiras atividades sistemáticas na qual se refere a ideia de conhecimento de base científica para servir de instrumento para a elaboração de políticas públicas no Brasil, por meio da implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista conhecido como a "Era Vargas", período entre os anos de 1930 a 1945, se estendendo até o ano de 1954. O presidente Getúlio Vargas cumpriu a meta de organizar o aparelho do Estado de acordo com o modelo burocrático weberiano², nos quais os funcionários eram selecionados através de concurso público. (LEITE JÚNIOR, 2009, p.24).

No entanto, por volta de 1970, ainda no que se refere as políticas públicas, frisando aqui a política de proteção social, tem inicial transformações importantes nas áreas econômicas e sociais, porque o Estado passa a assumir de forma mais atuante seu papel de agente do bem-estar social, assim também no desenvolvimento econômico do país, dando destaque nos períodos de 1970 a 1980, embora esse modelo de proteção social é fundamentado na lógica autoritária inserida na ditadura militar, época no qual esses programas e serviços eram utilizados como mecanismo de compensação à forte repressão do governo perante a sociedade, como afirma Azevedo (2020,p.51):

(...)assistimos a expansão dos direitos sociais em detrimento dos direitos políticos e principalmente dos direitos civis. Acompanhamos a reestruturação das políticas sociais, apesar da redução da liberdade política, da queda da renda do trabalho e consequente crescimento das desigualdades sociais.

Analisando os conceitos sobre as políticas sociais com as políticas públicas, no ponto de vista de Giovanni (2009), observa-se que é muito amplo, porque para ele, as políticas públicas irão além dos limites da política social, pois é intervenção do Estado numa situação social considerada problemática.

² **Max Weber** desenvolveu um importante trabalho de sociologia política através da sua **teoria** dos tipos de dominação. Dominação é a possibilidade de um determinado grupo se submeter a um determinado mandato. Trata-se, portanto, de um tipo de relação social fundada na autoridade de um indivíduo sobre outros. Fonte: <https://revistacult.uol.com.br/home/existe-uma-sociologia-weberiana>.

Tal conceito vai além da ideia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (GIOVANNI, 2009, p. 02).

Segundo Giovanni (2009, p.03) “as políticas públicas, não são uma forma única ou exclusiva, mas convivem com formas vigentes das diferentes sociedades”. Ou seja, na fala do autor as políticas públicas tem forma de acordo com a diferença na sociedade atual, na medida em que a realidade a qual se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre Estado e sociedade. Por outro lado Azevedo (2020, p.520) diz “as políticas públicas constituem-se num meio de concretização dos direitos por causa de estarem codificados nas leis de um país e podem viabilizar a efetivação do que está previsto na Constituição Federal.”

Segundo o autor Giovanni (2009), procura definir as políticas públicas em seu contexto histórico, para poder explicar sua evolução e o que impulsionou seu destaque no mundo contemporâneo, ele caracteriza como: primeiro, um fator de natureza macro econômica - após a Segunda Guerra Mundial, porque generalizou como modelo para responder o quesito das políticas keynesianas³, centradas na ideia de pleno emprego, com intervenções estatais e seu caráter regulador, seja nos aspectos econômicos ou nos aspectos sociais da vida coletiva; segundo, um fator de natureza geopolítica, ou seja, a partir desse momento, a presença das ideias neoliberais nas políticas econômicas e sociais, torna-se praticamente dominante, e esse fato tem uma estreita relação com o fim da bipolarização entre os blocos capitalista e socialista; terceiro, um fator de natureza política - o período compreendido entre o pós-Segunda Guerra e os dias atuais, embora apresentando alguns momentos de retrocesso, foi um momento de consolidação das democracias ocidentais; e por último fator de natureza cultural e sociológica.

Ainda de acordo com Giovanni (2009), onde abordou a análise das políticas públicas de forma integrada em quatro dimensões ou estruturas nas quais são: a) a estrutura formal no que diz respeito a teoria, práticas e resultados; b) estrutura substantiva constituída por atores, interesses e regras, c) estrutura material composta de elementos como financiamento, suportes,

³ John Maynard Keynes foi um economista britânico que defendeu o modelo keynesiano, que segundo ele “destacava a importância do pleno emprego, defendia a transferência de renda como forma de expansão do consumo pela classe operária e a expansão dos gastos e investimentos do governo. Defendia que em momentos de crise econômico-financeira o governo deveria gastar mais do que arrecada em tributos, produzindo déficits em seu orçamento (Singer, 1987).

custos, etc.; d) estrutura simbólica constituída pelos elementos valores, saberes e linguagens. Nesse esquema a análise é feita não apenas por justaposição das informações relativas a cada uma das estruturas, mas também pelas relações múltiplas de interferência as quais se processam entre elas.

Por outro lado, as políticas públicas e as políticas sociais são termos muito abrangentes e apontam implicações e consequências no seu processo de desenvolvimento, segundo Castro (2012, p.04) sobre políticas públicas:

Políticas públicas têm aspectos bastante dinâmicos uma vez que em sua trajetória histórica cada sociedade incorpora o reconhecimento de determinadas contingências, necessidades e riscos, exigindo que o Estado e outros entes sociais assumam a responsabilidade pela solução, no curto e longo prazo. Tais processos constituem, em cada país, políticas com maior ou menor abrangência e com características próprias, estando na maior parte do tempo em construção ou em reforma. Compreende-se, a partir daí, por que elaborar uma definição de política social é uma tarefa complexa.

Entretanto, Castro (2012) afirma que as políticas públicas acontecem de acordo com a necessidade atuante, e procura trabalhar em aspectos fundamentais da sociedade, muitas vezes são impostas e cobradas pela própria sociedade, devido aos interesses do poder político, o qual por sua vez prioriza outros aspectos das políticas públicas. O autor foca dois objetivos das políticas sociais, sendo elas: a proteção social (seguridade social) aos indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade e também se encaixa nesta categoria os programas de ação da Previdência Social (aposentadorias, pensões e auxílios) bem como a saúde, assistência social e seguro desemprego.

O segundo objetivo é a promoção social entendida como a resultante da geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais, neste contexto se enquadram as políticas de educação, de acesso à cultura e as políticas de trabalho e renda, assim também as políticas voltadas para a agricultura familiar, economia solidária, habitação e à mobilidade urbana.

O artigo de Castro (2012), esclarece que para atingir os objetivos mencionados, no interior de organismos estatais preparados para efetuar uma série de ações e programas de três tipos básicos: 1) garantia de renda, refere-se às transferências monetárias, a exemplo das pensões e aposentadorias, com um número bastante expressivo, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF); 2) garantia da oferta de bens e serviços sociais refere-se a educação pública e saúde; o Estado garante financiamento público a pacientes os quais necessitam de cirurgias realizadas somente em hospitais particulares; 3) regulação - consiste na fixação de normas que regulem o comportamento dos agentes públicos e privados, como exemplo, o controle de qualidade sobre a produção e a comercialização de medicamentos, alimentos, etc.

Contudo a política social no Brasil, é ainda, marcada por grandes desafios que abrange a universalidade e integralidade, e qualidade dos bens e serviços oferecidos a população, por isso se percebe a dificuldade de pensar a política social brasileira na perspectiva da ideia do Welfare State para enquadrar-se nos esquemas vigentes atualmente.

Vale acrescentar que na leitura da obra de Arretche (2019), a qual faz um percurso histórico no período da nova República nos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no período de 1994 a 2002 e do Partido dos Trabalhadores (PT) no período DE 2003 a 2015, onde ergueram um extenso e complexo adjacente de políticas e instituições objetivando implementar políticas de inclusão na Constituição de 1988, embora com fortes diferenças. Entretanto, esse conjunto de políticas seguem seu percurso desde a redemocratização, pois configuram parte das instituições e do sistema de proteção social.

A trajetória de redução das desigualdades sociais se inicia com a CF 1988, como resultado de uma transição democrática inclusiva. Seu formato, contudo, foi produto de construção incremental ao longo da nova república. Atravessa os dois governos presidenciais do PSDB e as quatro gestões do PT a partir de 2016, sobre o governo Temer, políticas públicas com o objetivo de promover uma sociedade mais inclusiva passaram a ser fortemente questionados quando não negligenciadas. (ARRETCHE ,2019, p12-13):

Portanto, observa-se que em políticas públicas na visão de Arretche (2019) há sempre o sentido político, composto por conflito de interesses, sentido administrativo e de execução, ou seja, onde o governante vigente vai executar seu plano de gestão dando importância ao qual em sua administração chama de prioridade. Na fala de Arretche (2019, p.29), “Argumentam que a Constituição de 1988, concluiu um gradual processo de redemocratização que produziu mudanças paradigmáticas nas políticas sociais brasileiras”. Assim pode-se observar a importância das políticas públicas como ação do Estado para a redução das desigualdades.

1.1 O Programa Bolsa Família

O presente trabalho, objetiva pesquisar a política pública Programa Bolsa Família (PBF) considerando o seu contexto histórico/social, sua formalização institucional, princípios norteadores bem como seus resultados para o conjunto da sociedade brasileira e até para o mundo, referente a sua contribuição na inclusão educacional.

Esta política pública foi batizada de Programa Bolsa Família, é um programa de transferência de renda, criado pelo governo federal (governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva) através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, transformada em 2004 na Lei Federal nº 10.836 a qual unificou e conseqüentemente ampliou vários programas

anteriores de transferência de renda, segundo Arretche (2019, p.43) aos programas anteriores:

(...) que os governos do presidente Fernando Henrique, entre 1994 e 2002, lançaram uma série de políticas de proteção social que serviram como alicerce para o programa de Desenvolvimento Social estruturado posteriormente pelos governos petistas. Os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e a implementação do Cadastro Único são exemplos das políticas sociais elaboradas nos governos nos FHC.

Como toda política pública visa garantir o bem social, o PBF não é diferente, foi instituído para atingir os mais pobres e miseráveis, “e a introdução dos programas de transferência de renda para combater a extrema pobreza” Arretche (2019, p.17), não tem como princípio norteador, apenas distribuir renda, mas resgatar a dignidade humana de muitos brasileiros e brasileiras, na medida que contribui também para redução das desigualdades da inclusão social.

A Lei Federal nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 cria o Programa Bolsa Família, antes da lei ser promulgada, o Programa era executado através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Em setembro de 2004 a Lei nº 10.836 é regulamentada pelo Decreto nº 5.209; o Decreto explica os objetivos do programa e destaca as competências e responsabilidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios na execução do Programa Bolsa Família, assim também a forma de ingresso das famílias, ao qual se refere aos objetivos do Programa Bolsa Família, o Decreto expõe em relação aos beneficiários os objetivos como:

I - Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - Combater a pobreza; e V - Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004)

Portanto em 2001, no segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma expansão de programas sociais de transferência de renda, baseados no programa nacional do “Bolsa Escola”, tendo destaque o “Bolsa Alimentação”, os quais juntos alcançaram 5.561 municípios brasileiros, proporcionando um grande alcance de proteção social. No primeiro mandato do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), segundo afirma o site oficial do palácio central:

Neste período foram criados 11 programas com destaque para educação, saúde, alimentação e moradia. São eles: bolsa atleta, bolsa família, bolsa estiagem, água para todos, programa nacional de acesso a alimentação, programa Brasil alfabetizado, PROUNI, Projovem, Brasil sorridente, tarifa social de energia elétrica e minha casa minha vida. (<https://www.gov.br> Acessado dia 20 de março de 2021).

Para criação do Programa Bolsa Famílias, foram realizados estudos de viabilização de uma Política Pública de Transferência de Renda abrangente, e com isso foram unificados os

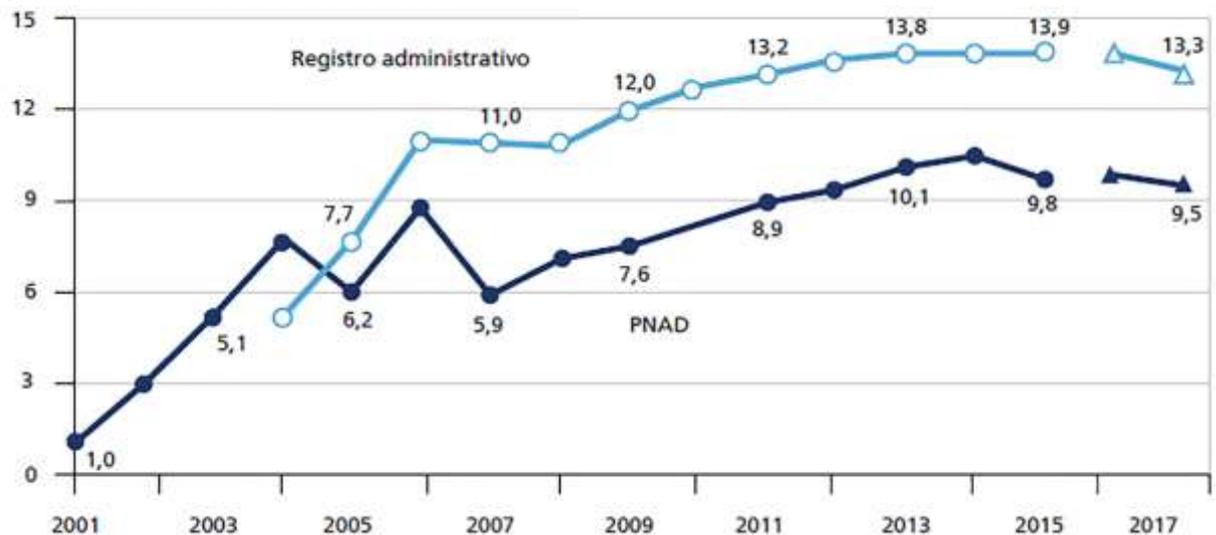
programas sociais pré-existentes como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, com informações obtidas através do Cadastramento Único do Governo Federal. E com a unificação dos programas sociais de transferência de renda, nasce o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no comando do referido programa de política pública.

1.2 As três dimensões do bolsa família

O Programa Bolsa Família possui três dimensões: transferência de renda, condicionalidades e ações complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. Já as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A primeira dimensão, transferência direta de renda, é fundamentada no Programa, logo permite auxiliar rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza, a mesma é uma iniciativa de políticas de Assistência Social, por conseguinte deve proporcionar ajuda a quem vive em desigualdade social, de forma a promover equidade entre todo o povo brasileiro, pois na CF de 1988 no seu “ Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social,(...). Como se pode observar é um direito que assegura as famílias, as quais sobrevivem em situação de pobreza e na inclusão de milhares de famílias, observando o gráfico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019):

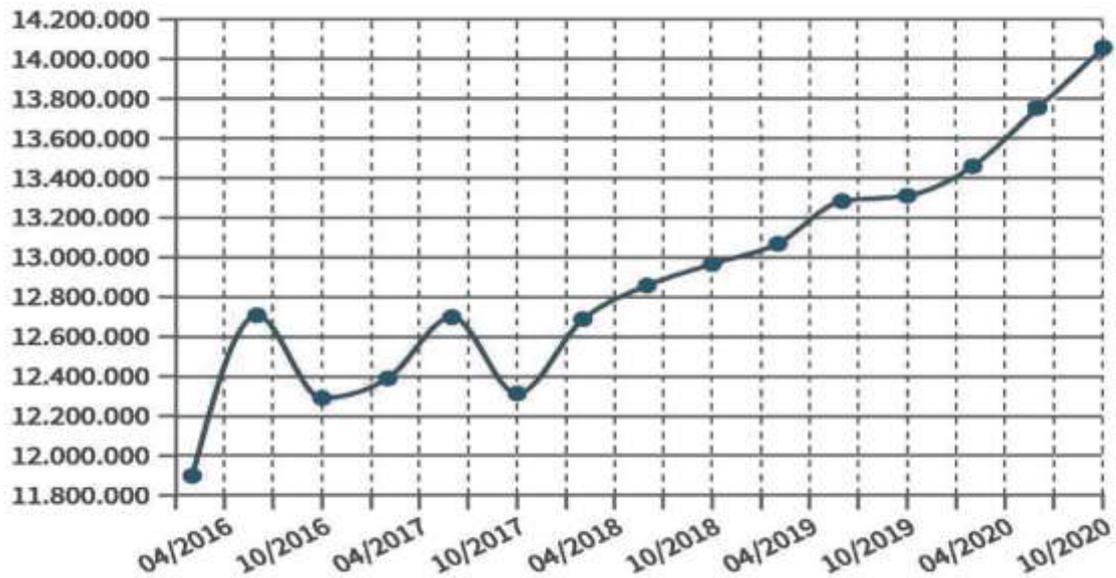
Gráfico 1 - Famílias Beneficiárias do PBF



Fonte: Brasil: famílias beneficiárias do PBF nos registros administrativos e nas PNADs (2001-2017) (Em milhões)

Observa-se que desde 2013, a folha de pagamento do PBF esteve próxima de 14 milhões de famílias beneficiadas, aquecendo a economia e segundo dados oficiais do ministério da saúde contribuiu na redução de mortalidade infantil. Vejamos o gráfico 1: a queda de 13,9 milhões para 13,3 milhões entre junho de 2016 e junho de 2017 foi apenas temporária, e já em janeiro de 2018 o total de famílias beneficiárias voltou ao patamar de 14 milhões segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019). Observa-se o crescente aumento da pobreza com o novo governo no ano de 2020, assim Madeiro (2020), analisa essa realidade no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Famílias em extrema pobreza no Brasil



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/05/apos-6-anos-cadastro-federal-volta-a-superar-14-mi-de-familias-na-miseria.htm>

Percebe-se, no ponto de vista de Madeiro (2020) no gráfico 2 que durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, o número de famílias cadastradas em extrema pobreza saltou para 1,3 milhão (eram 12,7 milhões em dezembro de 2018, último mês do governo de Michel Temer). Segundo os dados mais atualizados do Bolsa Família, em novembro de 2020 eram 14,3 milhões de famílias aptas e aprovadas no programa. A média do valor pago durante o mês de novembro foi de R\$ 329,19. Agora, com o fim do auxílio emergencial (com valores os quais variaram de R\$ 300 a R\$ 1.200 por mês), essa média deve baixar para R\$ 190, como era antes da pandemia.

Figura 01 - Mais de 14,28 milhões de famílias recebem o Bolsa Família em 2020.



Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mais-de-14-28-milhoes-de-familias-recebem-o-bolsa-familia/agosto-de-2020>.

Analisando a imagem 01, observa-se em 2020, o PBF alcançou 14,27 milhões de famílias. Na divisão regional, o Nordeste (7.096.461) é o destaque, com mais de sete milhões de famílias atendidas. Em três estados da Região (Bahia, Pernambuco e Ceará), o número de famílias contempladas supera a marca de um milhão. Além disso, no Maranhão, embora oficialmente sejam 913 mil famílias inscritas, o universo corresponde a mais de 1,3 milhão de famílias atendidas. A Região Sudeste aparece na sequência, com 3,8 milhões de famílias atendidas, seguida pelas regiões Norte (1,79 milhão), Sul (891 mil) e Centro-Oeste (680 mil).

Percebe-se na questão anterior referente a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a crise econômica atual piorou a situação de muitos brasileiros, os quais são atingidos pelos altos preços (inflação descontrolada), congelamento de salários e altas taxas de desemprego. Nem mesmo o auxílio emergencial tem conseguindo driblar a vulnerável realidade, contudo avança de forma avassaladora, de acordo com o Ministro da Cidadania⁴ Onyx Lorenzoni:

São mais de 14 milhões de famílias que vivem hoje em situação de pobreza ou extrema pobreza e que contam mensalmente com a ajuda do Governo Federal. Com a pandemia e todas as dificuldades financeiras que a população está enfrentando, conseguimos desenvolver uma proteção ainda mais ampla a esse grupo, que está recebendo recursos superiores aos que receberiam normalmente pelo Bolsa Família.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mais-de-14-28-milhoes-de-familias-recebem-o-bolsa-familia-em-agosto>

Portanto ver-se o alcance do Programa Bolsa Família e a quantidade de famílias as quais são atendidas, comprovando ainda principalmente no nordeste, o quanto a pobreza e o descaso do governo para com os mais pobres e em vulnerabilidade, portanto o programa ameniza, mas requer dos governantes eficácia nas políticas públicas complementares ao programa, com o fim de muitos não precisar mais do benefício, porque passaram a viver com autonomia.

As condicionalidades são compromissos com as quais os beneficiários assumem nas áreas de Saúde (vacinação e acompanhamento nutricional de crianças menores de 7 anos e pré-natal de gestantes), o compromisso na área da educação o qual já foi exposto e inclusive é o tema em destaque neste trabalho, pois abrange o Programa Bolsa Família nos anos iniciais do ensino fundamental como também nos anos finais do ensino fundamental com referência a frequência escolar citada como requisito para continuidade do benefício do Bolsa Família, já na Assistência Social não existe uma condicionalidade por parte da família, porém é de responsabilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), realizar o trabalho social com as famílias que descumprem as condicionalidades, com o objetivo de serem identificados os reais motivos, os quais estão interferindo no acesso regular das crianças e adolescentes na escola e das mães, já no que tange as gestantes, aos cuidados básicos de saúde.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (BRASIL,2004).

A condicionalidade a qual é a segunda dimensão para poder receber o benefício do Bolsa Família, reúne compromissos assumidos pelas famílias e, em especial, pelo poder público. O acesso aos serviços de saúde e educação é um direito básico e condição fundamental para o rompimento do ciclo inter-geracional da pobreza, constata-se que no campo da Educação as famílias beneficiárias tem o compromisso de matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, mantendo uma frequência de pelo menos 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, durante todo o mês. Já no tocante a saúde, as famílias beneficiadas tem a responsabilidade de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, e as gestantes ou nutrizes devem fazer o pré-natal e o acompanhamento de saúde do bebê através de consultas na unidade de saúde.

O controle da frequência escolar para a redução da evasão escolar, tem colaborado muito para diminuir a evasão escolar, para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS,2019) “o resultado deve-se ao esforço da rede responsável pela coleta dos dados. Em todo o país, cerca

de 140 mil escolas têm pelo menos um aluno beneficiário do programa”. Portanto mostra sua eficácia, segundo os dados do MDS (2019):

Frequência – A região norte do país foi a que alcançou o melhor resultado quanto à frequência escolar dos beneficiários: 2,04 milhões (97,52%) cumpriram as exigências do programa. O Piauí lidera entre os estados, com 387.958 (98,87%), seguido do Amapá 74.524 (98,79%), Maranhão 1.011,738 (98,22%) e Acre 115.592 (97,79%). Entre as capitais, o destaque ficou com Macapá (AP), onde 25.884 (99,62%) cumpriram a frequência exigida. Na sequência vem São Luís (MA) 99,44%, Teresina (PI) 98,28% e Belém (PA) 98,08%.

Já a terceira dimensão que são as ações complementares, ou seja, são um conjunto de iniciativas, do Estado e da sociedade, voltadas ao desenvolvimento das famílias do PBF, podem ser promovidas por todas as esferas do poder público: União, Estados, municípios e Distrito Federal, assim como por grupos organizados da sociedade civil. Esta terceira dimensão está inserida nos Fundamentos das diretrizes definidas pela Constituição Federal de 1988, em que o Programa Bolsa Família estruturou-se a partir dos seguintes princípios: enfrentamento da pobreza e da desigualdade social; proteção social não contributiva; proteção social à família; intersetorialidade; gestão descentralizada e inclusão social. Portanto as ações complementares tem como exemplo de sua prática na inclusão da agenda da educação integral em Jornada ampliada para crianças beneficiárias do programa Bolsa Família, o Programa Escola Acessível, parceria com o mais educação, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, dentre outros.

1.3 Controle da frequência escolar para diminuir a evasão escolar por meio do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família veio por meio de seus condicionamentos, os quais são compromissos assumidos pelas famílias, do poder público nas áreas da: educação, saúde e assistência social para dar continuidade ao beneficiário receber o bolsa família. O Bolsa Família dentro de um contexto histórico e do ponto de vista relacionado com o sistema educacional brasileiro, é importante frisar o grande rumo no qual tomou o Programa Bolsa Família por meio da dimensão de condicionalidade, que já foi exposto na segunda dimensão do Programa, cujas famílias assumem o compromisso de levar os filhos para a escola como condição para continuarem recebendo o benefício. A educação, um cenário novo e um direcionamento das famílias envolvidas, tornando possível a sobrevivência por meio da distribuição de renda para os pobres e ao mesmo tempo fazer com que os índices da primeira infância na sala de aula aumentassem a frequência consideravelmente. Segundo o IPEA (2019, p.226-227):

Em julho de 2018 12,6 milhões de beneficiários entre 6 e 17 anos tiveram a frequência escolar acompanhada (89,1% do público para acompanhamento), dos quais 94,9% atingiram a frequência escolar mínima. Ainda, 8,9 milhões de famílias tiveram acompanhamento das condicionalidades de saúde (77,2% do público para acompanhamento), nas quais 98,8% das crianças cumpriram o calendário de vacinação, 80,1% tiveram acompanhamento nutricional registrado e 99,5% das gestantes cumpriram a agenda do pré-natal. Dada essa magnitude do PBF, em um contexto de governança pública, assim como de transparência e responsabilização do Estado, impõe-se a agenda da avaliação dos efeitos do programa sobre os resultados de seus beneficiários, como uma das partes fundamentais para consecução dos objetivos do programa.

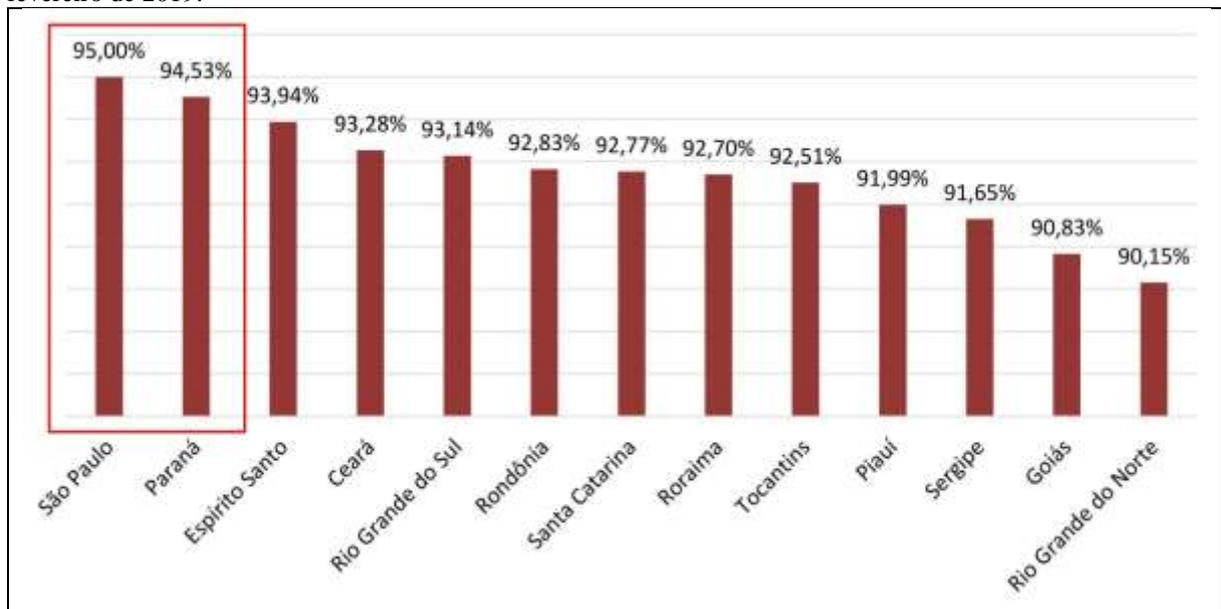
Nesse sentido, o eixo das condicionalidades educacionais do PBF visa a permanência do aluno na escola e também como um estímulo a fim de não ocorrer a evasão escolar, consequentemente os pais perdem o benefício caso não cumpra as condições exigidas. Assim antes de iniciar as informações de coletas de dados sobre as escolas objetos desse trabalho, faz se necessário entender os motivos que levam a evasão escolar na educação. Para Arruda (2021, p,7-8):

São inúmeros os motivos que podem levar os jovens a evasão escolar. Eles podem derivar de fatores pessoais, que se refere ao desenvolvimento psíquico do indivíduo, assim como de fatores sociais como a condição socioeconômica na qual está inserido. Pode ser ainda, desencadeada a partir do modelo de escola atual, que não desperta interesse capaz de motivar os alunos em partilhar seus conhecimentos.

Já na visão de Ferreira (2020, p.16-17):

É de ciência de todos que uma das causas da evasão escolar refere-se as múltiplas reprovações, que levam ao aumento da relação idade/série, ocasionando o desinteresse e a abstinência do aluno, que muitas vezes é excluída do processo ou se exclui voluntariamente dele, faltando, abandonando o ano letivo, por vezes indo estudar à noite e culminando com a saída da escola.

Gráfico 3 - Estados, com informação de frequência escolar do PBF acima de 89,30% nos meses de Março e fevereiro de 2019.



Fonte: MEC (2019): Análise do acompanhamento dos resultados da frequência escolar dos(as) beneficiários(as) do Bolsa Família - fevereiro e março de 2019.

Observando o gráfico 3 sobre o acompanhamento dos resultados da frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família de fevereiro e março de 2019 nos Estados, observou-se que das 27 unidades da federação, 18 tiveram a informação da frequência escolar acima da média histórica nacional (89,30%). O gráfico ilustra ainda os índices de registro com absoluto destaque de informação para os estados de São Paulo (95%), Paraná (94,53%), Espírito Santo (93,94%), Ceará (93,28%) e Rio Grande do Sul (93,14%) os quais atingiram os melhores índices, sendo São Paulo e Paraná os destaques deste período, com informação acima de 94%, enquanto no Piauí consta 91,99%, não ficando de fora da frequência com melhores resultados, ocupando o décimo lugar

Gráfico 4: Motivos de baixa frequência registrados no mês de março de 2019.



Fonte: MEC (2019): Análise do acompanhamento dos resultados da frequência escolar dos (as) beneficiários(as) do Bolsa Família - fevereiro e março de 2019.

Verifica-se, no Gráfico 4, conforme tem sido identificado em toda a série histórica, o registro acentuado do motivo de baixa frequência escolar não informada, código 58, que revela o desconhecimento da instituição escolar das motivações as quais levaram à infrequência

escolar dos beneficiários do PBF.

As condicionalidades do PBF são mecanismos de reforço ao exercício de direitos básicos de cidadania nas áreas da educação, saúde e assistência social. Sua formulação teve como base, o entendimento sobre os problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, porquanto não se traduzem exclusivamente na limitação da renda. Tais problemas estão, geralmente, associados ao reduzido exercício dos direitos de cidadania e a poucas oportunidades no acesso a uma melhor qualidade de vida, por meio dos serviços sociais básicos, cujo exemplo central é o acesso à educação, no entanto, seguem, abaixo, os principais motivos de baixa frequência escolar, situações coletivas que impediram a escola de receber os estudantes do PBF, outros registros de situações específicas e os beneficiários em Situação de sem Vínculo Escolar (SVE).

Para atender às condicionalidades de saúde, crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas de acordo com o cronograma do Programa Nacional de Imunização (PNI) e devem cumprir com uma rotina de acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento. Grávidas e lactantes devem comparecer nas consultas pré-natais, pós-natais de rotina, participar de atividades de educação nutricional. Com o cumprimento destas condicionalidades impostas para a participação no programa, são marcantes o impacto na redução da pobreza extrema e da desigualdade, na redução da desnutrição, mortalidade infantil, diminuição das taxas de crianças fora da escola e de evasão escolar, segundo Ferreira (2020, p.9):

Muito se tem discutido sobre os desafios enfrentados por professores e gestores de escolas ou secretaria de ensino ao se pensar na educação brasileira entre os mais citados as causas de evasão escolar encontra-se dos pontos a estrutura precária das organizações familiares, as problemáticas sociais de violência, a exceção desproporcional dos meios digitais e as dificuldades de acesso oriundos das desigualdades sociais, ocasionando, em somatório, fatores de exclusão escolar

Portanto, deve-se considerar que as experiências passadas das políticas redistributivas, mesmo com sua importância, ainda não foram suficientes para vislumbrar um conjunto de ações permanentes as quais venham romper efetivamente com as estruturas e as mazelas econômicas e sociais que ainda envergonham nosso país.

CAPITULO 2 - EVASÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

2.1 Evasão escolar

O Programa Bolsa Família tem por objetivos acompanhar o desenvolvimento da criança desde o nascimento por meio da segunda dimensão anteriormente citado em consonância com

as condicionalidades, ou seja, compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público nas áreas da educação, saúde e assistência social, deve estes acompanhar o crescimento e desenvolvimento infantil pela vigilância nutricional, a vacinação para crianças menores de sete anos e a assistência pré-natal e pós-parto; posteriormente na educação que vai do ensino fundamental anos iniciais até o finalizar do ensino fundamental por meio da frequência escolar. Assim as famílias cumprindo seus compromisso, receberão a transferência direta de renda, voltado para às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Contudo, o Brasil ainda carece de políticas públicas com mais eficácia, como afirma Arruda (2021, p,8)

Atualmente, a realidade da educação da juventude e como um todo, depara-se com uma sociedade de grandes desigualdades, além de profundas mudanças no mundo do trabalho. Constata-se a exclusão de muitos ao acesso e a permanência na escola, devido à baixa qualidade educacional e a difícil inserção social dos jovens como sujeito produtivo.

Desta forma, faz-se necessário aprofundamentos acerca de apontar discussões sobre a evasão escolar revendo suas causas, elucidando os possíveis motivos individuais e sociais, tanto quanto estabelecer leituras de estudiosos (pesquisadores) sobre as possíveis medidas que podem ser adotadas para minimizar essa problemática na educação pública, visando também ver a importância do Programa Bolsa Família como um meio de amenizar tal questão.

A evasão escolar é um assunto que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira, atualmente é um tema muito debatido no meio educacional e ao mesmo tempo têm se tornado ponto central sobre o papel da escola e da família em relação à vida estudantil da criança e adolescente. No entanto ao se referir sobre a educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997:2) é bastante clara a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Refletindo sobre o que é evasão escolar, Patto (1997, p. 59) destaca “a reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia da vida na escola (...) envolvendo aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre sua clientela mais pobre.” Depreende-se disso conforme refere-se a evasão escolar na qual o resultado de diversos fatores, que juntos trazem grandes consequências sociais negativas para o país, ou seja, vários são as causas

que justificam o motivo do abandono do discente da escola, e infelizmente esse problema educacional, social é muito comum no Brasil, afeta principalmente alunos do ensino fundamental e médio, assim de acordo com Moraes(2015):

Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão as repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida à escola todos os dias, além de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentro e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com a criança ou entre seus familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e tráfico de drogas, a falta de segurança na localidade ou próximo à escola, brigas de gangues e dificuldades de acompanhamento dos conteúdos curriculares.

Por conseguinte existe em nossas legislações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), por exemplo, documentos legais,tem por finalidade combater tal problema, criando mecanismos legais para garantir a permanência na escola ampliando projetos de cursos técnicos, Mais Educação e por direito a educação integral a todos. Porém é visível perceber que famílias de baixo poder aquisitivo são as mais afetadas em relação a evasão escolar e outras deficiências no ensino, portanto cabe assim, as instituições da União, líderes políticos que governam o Brasil buscarem fazer uso eficiente desses mecanismos legais apontado acima de combate aos problemas sociais, pois sem a permanência com qualidade desses alunos podem levar ao fracasso escolar.

Fazendo um percurso na história, no período da expansão cafeeira provocou o desenvolvimento orgânico, mesmo que fragmentado, das relações capitalistas de produção no Brasil, dando oportunidades de educação mesmo que de forma profissional a muitos brasileiros, preocupados em seus interesses e desenvolvimento econômico do Brasil, viu-se obrigado a alfabetizar o povo brasileiro, como um mecanismo de utilização da educação escolar para controle social, buscando resolver problemas como órfãos e abandonados, em 1874 o governo da Província criou dois Seminários (asilos) para meninos e meninas órfãs do país.

Esses seminários, em 1874, foram transformados em Instituto de Educandos Artífices que tinham por fim “facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial, impedindo assim que por falta dela se desviem do amor ao trabalho e se tornem maus e prejudiciais cidadãos” (MORAES, 2003, p. 50).

Nestes colégios internos, os discentes seguiam um regime disciplinar, com punições, metodologia centrada no professor, “nenhum educando podia abandonar o internato antes de completar 20 anos, a não ser em caso de moléstia contagiosa ou requisição de parente, nesse caso, o estabelecimento devia ser indenizado em dinheiro”, com a urgente necessidade de

educar a população operária, após 1892 foram criados os cursos noturnos, destinados aos homens e tinham como objetivo “ministrar conhecimentos indispensáveis aos menores de 16 anos, que por seus afazeres, durante o dia, não podem frequentar escolas”. (MORAES, 2003, p. 51,268). Sobre a permanência e abandono de alunos da educação profissional no Estado de São Paulo, Moraes (2003) apresenta dados de 1917:

Naquele ano, nas 47 escolas e cursos noturnos existentes na capital, matricularam-se 3.507 alunos, sendo que a maioria significativa apresentava pais estrangeiros – 2.706 alunos. Dos trabalhadores que iniciaram o curso, 1.023 foram classificados como analfabetos, e só 1580 chegaram ao final do ano. O que significa quase 50% de evasão. Dos freqüentes, 1.021 prestaram exames, 483 conseguiram ser promovidos e apenas 79 *continuaram* o curso. (p. 271-272).

De acordo com a autora, durante anos o governo procurou, mediante uma série de medidas sem sucesso, diminuir as “altas taxas de evasão”, além da dificuldade de encontrar professores capacitados e adequado para aquele ensino, demorou muito para que essa visão de educação descontinuasse, com greves, criação de sindicatos e com novos modelos metodológicos.

Na revolução de 1930, destacou-se importantes discussões e transformações no campo educacional, foi aprovado o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, porém são consideravelmente enfraquecidas e até em alguns casos suprimidas pela Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar-se apenas o ensino profissionalizante. Entretanto, as escolas profissionais, neste período, encontravam-se em situação de extrema precariedade, conforme descritas por Berger:

A maioria dos poucos alunos abandonava a escola antes de concluí-la, a fim de com os conhecimentos já adquiridos sair à procura de um emprego; as instalações (prédios e oficinas) eram inadequadas e deficientes; os professores eram improvisados e improvisado era o ensino; não havia um programa nacional elaborado e nem um conceito claramente definido sobre ‘escola profissional’; havia falta constante de material, especialmente didático e assim por diante. (FRANCO; SAUERBRONN, 1984, p. 58).

Vale acrescentar que em 5 de outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição, que “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” segundo Santos(1999,p.31). Neste período foi

dado o direito do ensino público gratuito; ensino Fundamental obrigatório e gratuito; atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público. Portanto com base na nova Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996 e neste mesmo ano o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, em função da cidadania do aluno e de uma escola realmente de qualidade. Saviani (1999) diz que essa tendência foi inspirada no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado e decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe, no caso a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa.

É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos. (SAVIANI, 1999, p. 17)

Para Saviani, a única forma de superar a situação de opressão, própria do Antigo Regime é a educação, para isso era preciso superar a barreira da falta de conhecimento, essa situação em que a marginalidade ocorre como fator equalizador.

No período 2003-2010, o escopo da universalização foi ampliado. Em 2006, o ensino fundamental passou a ser de nove anos. Com a emenda constitucional 59/2009, a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) tornou-se obrigatória. Respectivamente, transformou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e todas as ações complementares (livro didático, merenda escolar e transporte escolar), que anteriormente cobriam apenas o ensino fundamental, passaram a beneficiar a educação infantil e o ensino médio.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019), a renda é um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos. Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres tinham abandonado a escola sem

concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior que o dos jovens mais ricos (1,4%). No país, cerca de 737 mil pessoas nessa faixa de idade estavam nessa situação no ano passado. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais 2019, divulgada pelo IBGE. Com um percentual de 7,6% para o país, a evasão dos adolescentes atingia 9,2% no Norte e Nordeste e era menor no Sudeste (6%). Estes dados se agravam na educação rural (11,5%) em comparação com a educação urbana (6,8%), apresentam diferenças entre homens (8,1%) e mulheres (7%), porém é maior entre pretos ou pardos (8,4%) do que brancos (6,1%).

Segundo a analista do IBGE Betina Fresneda (2019), depois da universalização do ensino fundamental na década de 90, os problemas de desempenho e desigualdade educacional por renda e cor ou raça estão no ensino médio e superior. Fontes do IBGE (2019) demonstram quase um quarto dos jovens de 15 a 17 anos estava na escola fora da etapa adequada no país, ou seja, não cursavam o ensino médio. O atraso escolar era quatro vezes maior entre os 20% da população com menores rendimentos domiciliares (33,6%) em comparação com os que faziam parte dos 20% com os maiores rendimentos (8,6%). A taxa ajustada de frequência líquida, mostra adequação entre o nível de ensino e a idade do aluno, era de 69,3%, passando de 54,6% entre os jovens das famílias mais pobres a 89,9% entre os mais ricos.

A desigualdade por faixas de rendimento atinge o maior nível no ensino superior entre jovens de 18 a 24 anos. Enquanto 63,2% dos jovens desse grupo de idade pertencentes aos 20% da população com os maiores rendimentos frequentava o ensino superior, somente 7,4% dos jovens pertencentes às famílias com os menores rendimentos estavam nessa situação. O percentual de jovens pretos ou pardos que frequentava a universidade era de 18,3%, enquanto o dos brancos era 36,1% (IBGE,2019).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2019) a taxa de evasão no último segmento do ensino fundamental caiu de 5% para 4,3%, na transição dos anos 2016 e 2017. Para o mesmo período, no ensino médio passou de 11,1% para 9,1%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de repetência passou de 7,4% em 2014 para 7,1% em 2016 e a evasão escolar caiu 0,1%, atingindo 1,5% em 2016.

De acordo com o Censo Escolar realizado entre 2015 e 2018, ainda, em conformidade com o (INEP,2019), a taxa de evasão escolar é a seguinte: Em primeiro lugar ficou a 1ª série do ensino médio com 12,9%. Na segunda colocação ficou a 2ª série do ensino médio com 12,7%. Em terceiro lugar ficou a 9º ano do ensino fundamental com 7,7%; E na quarta colocação ficou a 3ª série do ensino médio com 6,8%;

Os dados acima revelam que a evasão escolar ainda é um indicador negativo a ser superado pela educação brasileira. Estes dados se agravam, logo, um dos problemas com os

dados oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre evasão, é a falta de registros das causas e motivos os quais determinam o abandono escolar. Mas, as escolas, destacam por conhecimento da realidade dos alunos, as possíveis causas da evasão, apontando vários fatores socioeconômicos, conforme assinalados abaixo:

- A desestruturação familiar (separação dos pais, envolvimento com drogas, gravidez precoce, depressão, problemas financeiros, baixa autoestima, transtornos, dentre outros)
- Ausência de políticas públicas adequadas;
- Desemprego;
- Falta de condições estruturais na escola (como salas superlotadas, falta de materiais para os alunos como livros, etc.);
- Desinteresse do próprio aluno (depressão, não gostam da disciplina ou do professor, sofrem *bullying*, etc.);
- Gravidez na adolescência;

Dentre os motivos elencados, e segundo o objeto de estudo desta dissertação, pode se analisar o papel da família na permanência ou não do aluno na escola. Considera-se desestruturação familiar, o pioneiro deles. Nos estudos de Brandão (1983), são apresentados os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina (ECIEL), o qual baseou-se em uma amostra de cinco países latino-americanos, e concluiu: "o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento".

Analisa-se que a família tem um papel importantíssimo na vida do aluno, e que muitos alunos abandonam a escola, ou não querem estudar, devido a grande desigualdade que existe, a falta de políticas públicas, obrigando-os a ajudarem em casa, vão para a escola desmotivado, devido as consequências que são acarretadas por conta da desigualdade social, para Neri (2009): "40% abandonam porque não gostam ou não encontram motivos para estudar e apenas 27% por causa de trabalho." Contudo, o combate ao fracasso escolar não tem sido tarefa simples, principalmente com o avanço do desemprego, das desigualdades sociais que se instalaram no Brasil nos últimos anos, fatores que colaboram com o fracasso escolar como a desestruturação familiar, a ausência de políticas públicas adequadas, o desemprego, a desnutrição, a escola, o ensino não oferece qualidade adequada, a estrutura do sistema de ensino, o próprio desinteresse do aluno, a gravidez na adolescência, condições econômicas precárias, a motivação do professor em sala de aula, etc. Considerando esses fatores, vale ressaltar a posição da escola,

na fala de Vasconcellos (2002, p. 38 a 40):

O que deve ser considerado é que a escola deixou de ser aquele espaço apenas de domínio escolar. A escola hoje é afetada diretamente por fenômenos que extrapolam seus muros. Os problemas da rua, da localidade, das famílias e da sociedade, embora não estejam literalmente em seu interior, já estão entre seus muros. Os problemas que causam o abandono ou a evasão escolar não se limitam a um ou dois. Os fatores externos somam-se aos fatores já existentes. “São tantos os obstáculos que na escola acabamos gerando inimigos ao invés de aliados: falta de uma linguagem comum; falta de uma linha comum de atuação; perda da força do coletivo”.

Por outro lado, a escola assume seu papel de educar, assim como o Bolsa Família assume o papel de proporcionar o mínimo de renda aos pobres, amenizando sua situação de miséria, por meio das condicionalidades com exigências e compromisso da família de manter a frequência escolar desse aluno, sendo assim repassado a escola o controle dessa frequência e o que mais lhe convier.

Depreende-se disso que a evasão não é consequência apenas de um fator social ou econômico. Ou seja, ela está vinculada a diversos fatores os quais juntos trazem grandes consequências sociais negativas para o país. Trata-se de um fenômeno o qual afeta a educação no Brasil. Corroborando com isso, Caiado, (2009):

A falta de motivação origina-se das características próprias do aluno e do ambiente escolar como um todo, fazendo com que o aluno passe a ter medo do próprio fracasso escolar e de como lidar com ele. Frisando que os pais, os colegas e o grupo social no qual este jovem se relaciona, também contribuem para a sua desmotivação.

Por conseguinte, ao identificar os principais fatores que contribuem para a evasão escolar, compreende-se que é necessário se debruçar sobre eles, com a ideia de a escola, conheça e reflita sobre os diferentes aspectos, os quais permeiam no decorrer de suas atividades político-pedagógicas na tentativa de oferecer uma educação capaz de atender, de fato, as reais necessidades do indivíduo, da sociedade e assim superar o processo de abandono da escola, pois exclui principalmente os indivíduos de classe menos favorecidas economicamente. Oliveira, (2009, pág. 67) esclarece:

A escola faz parte da vida de cada criança, jovem, de cada família, sendo representante da educação. Cada jovem possui suas origens socioeconômicas e culturais e estas influenciam a forma de ser e estar. A escola tem que ser capaz de prevenir situações de exclusão e de segregação de todos os alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais problemáticos e que, na maioria dos casos, manifestam desinteresse, mau comportamento, agressividade e dos quais vai resultar o seu insucesso escolar.

Os jovens que abandonam a escola tendem a ter baixa autoestima, resultando em baixos salários, segundo as respostas de alguns dos professores das escolas Modestina Monte e Chiquinho Cazusa, dificultando ainda as suas relações interpessoais e profissionais. Por isso,

inserir-se no mercado de trabalho torna-se ainda mais difícil. Tudo isto cria um forte sentimento de desmotivação, a qual acaba por consolidar ainda mais a desigualdade social no Brasil. De acordo com Oliveira, (2009, pág. 4):

O abandono escolar traduz uma ruptura, um corte, uma renúncia ao processo de aprendizagem de um jovem que abdica de um direito universal. Várias são as causas para o abandono escolar: professor; escola; situação sócio econômica e cultural da família donde provem o aluno; localização geográfica; características pessoais e características familiares. As consequências são graves para o indivíduo e para a sociedade. Para o indivíduo, as baixas qualificações correspondem a baixos salários e precariedade de emprego. Para a sociedade, à baixa produtividade e o fraco desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2009) destaca que o gatilho para o abandono e o fracasso escolar dar-se-á em virtude da busca acirrada por meios de sobrevivência. Significa dizer mesmo em face de mais possibilidades de escolarização, a camada da população a qual padece de condições básicas de sobrevivência, não poderá ocupar grandes espaços no ensino formal, o que inevitavelmente requer mais políticas públicas.

2.2 Concepção da aprendizagem

O processo de aprendizagem ou aprender pode ser definido como o modo ou a forma como os aprendizes adquirem novos conhecimentos, desenvolvem habilidades e competências e assim, mudam o comportamento ou a forma de pensar.

O desenvolvimento humano, o aprendizado e as relações existentes entre os mesmos são os principais norteadores do processo de ensino e aprendizagem. No contexto atual da sociedade, a qualidade do ensino precisa ser discutida constantemente, pois ainda existem muitos problemas que afetam esse quadro. É preciso compreender a origem e o histórico de vida de cada educando, porque conhecendo seus conhecimentos prévios, podem-se buscar soluções e dessa maneira o indivíduo estará disponível para aprender. Segundo Vygotsky (2004, p.56):

É necessário compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história da espécie humana e da história individual. Esse tipo de abordagem que enfatiza o processo de desenvolvimento, é chamado de abordagem genética e é comum a outras teorias psicológicas

As sociedades estão vivendo tempos de incertezas e profundas mudanças, justamente nesse momento entra a importância da escola como agente transformador na vida dos educandos. E o principal elo de ligação para essa transformação é o professor que está diretamente em interação com o aluno, portanto terá a possibilidade de perceber seus anseios.

Ressalta-se que a carga de informação para o alunado aumentou de tal maneira por que é oferecido de forma instantânea, o qual é impossível para os indivíduos absorvê-la

completamente. Entretanto os professores de todos os níveis da educação, precisam atentarem-se para as necessidades dos alunos. Assim, é preciso analisar qual é a melhor maneira de alcançar o desenvolvimento de cada ser inserido no processo. Sem ignorar a realidade de cada um. Para Kupfer (1995, p. 79), “... o processo de aprendizagem depende da razão que motiva a busca de conhecimento”, destacando o porquê da sua importância. Os discentes necessitam ser provocados, com o propósito de sentirem vontade de aprender, e não os professores “despejarem” sobre suas cabeças noções as quais, visivelmente, não lhes dizem respeito.

A importância do Programa Bolsa Família, reside centralmente como um programa, cuja extensão só é possível se a criança permanecer na escola, porém se questionou para os professores, pais e responsáveis e alunos se o mesmo programa ajuda no desempenho escolar desse aluno, para compreender melhor esse questionamento, alguns autores destacam os possíveis motivos da aprendizagem. Para Marluce, (2008), o termo aprendizagem é destinado ao local da escola, onde há interação entre alunos e professores. Dito de acordo com suas palavras, “a instituição de ensino é o local destinado a aprendizagem, onde o professor e o aluno, interagem e reforçam laços pessoais. E este relacionamento afeta diretamente o fator motivacional de ambos, contribuindo ou não para a aprendizagem”.

Na visão de Piaget (1998) as crianças possuem um papel ativo na construção de seu conhecimento, ou seja, a aprendizagem se constrói de forma progressiva, portanto o desenvolvimento cognitivo, o qual é a base da aprendizagem, se dá por assimilação e acomodação. Desta forma há organização de conhecimento, cujo não acontece isoladamente, pois pode ser adquirido por meio das experiências adquiridas no decorrer da sua vida ou através do convívio social. Ainda para este autor, o processo de ensino e aprendizagem acontece pelo acúmulo de experiências do sujeito, em constante interação com o meio natural, por meio do processo de equilíbrio, porque a aprendizagem não parte do zero, porém das convivências ocorridas as quais ficam armazenada na mente, pois faz com que o indivíduo desenvolva sua capacidade de absorção, onde será reformulada sua organização cognitiva. Corroborando com tudo isso, neste sentido Sacristan (1998, p. 97) comenta:

Toda aprendizagem relevante é no fundo um processo de diálogo com a realidade social e natural ou com a realidade imaginária. Na escola se aprende uma cultura socialmente selecionada e a interação com a mesma será produtiva e relevante, do ponto de vista educativo, quando o aluno/a se engaje num processo de diálogo criador com a mesma, aceitando e questionando, recusando e assumido. Esse diálogo criador requer, em nossa opinião, uma comunidade democrática de aprendizagem, aberta ao exame e à participação real dos membros que a compõem, até o ponto de aceitar que se questione sua própria razão, as normas que regem as trocas e a própria proposta curricular. Uma comunidade democrática de aprendizagem, na qual o conhecimento, as relações sociais, a estrutura das tarefas acadêmicas, os modos e critérios de avaliação e a própria natureza e função social da escola aceitem submeter-se ao

escrutino público dos estudantes e docentes e às consequências de suas reflexivas determinações.

Tais questões encaminham a uma reflexão referente ao respeito da construção do conhecimento, porém não se limita apenas a escola ou busca pela aprendizagem, visto que ela não acontece apenas de forma sistemática, mas também de forma assistemática, no dia a dia, com as trocas de convivência, ou seja, fora do contexto da escola, quando na realidade, desde que nasce, a criança começa a aprender. A respeito disso, Drovot (1995, p. 84) afirma: “[...] conceito de aprendizagem não é restrito somente aos fenômenos os quais ocorrem na escola; o termo tem um sentido muito mais amplo: abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida afetiva e a assimilação dos valores culturais.”

Para Libâneo (2001, p. 40-41):

A escola hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionada pela cidade, pela comunidade. O professor tem aí seu lugar, com o papel insubstituível de provimento das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, das multimídias e formas diversas de intervenção educativa urbana. O valor da aprendizagem escolar, com a ajuda pedagógica do professor, está justamente na sua capacidade de introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meios de mediações cognitivas e interacionais.

Ao passo que a criança vai desenvolvendo o cognitivo, há o aumento do processo da aprendizagem, a relação salutar entre família, sociedade e professores com o apoio de uma gestão democrática e participativa atuando juntos, de forma crítica e consciente, auxiliam o educando nesse processo. Contudo, respondendo à pergunta sobre o Programa Bolsa Família, se ele garante o rendimento escolar do aluno, é algo muito relativo, o qual envolve vários fatores como: valorização salarial do professor para melhor estimular o tempo e dedicação em sala de aula, escola bem estruturada, alunos interessados, focados na aprendizagem e que sejam motivados pelos pais, professores, também projetos os quais alcancem os alunos com menor rendimento, etc.

Conforme Gouvêa, (2000, pág. 1):

Quanto mais pobre for a população, maior o papel desempenhado pela escola no seu processo de inserção na sociedade. A instituição de ensino representa para muitas dessas crianças e jovens o único ambiente estruturado de convivência, antes até de ser um ambiente de aprendizado de letras e números. Pensarmos nas populações das

periferias das cidades médias e grandes, cujas condições habitacionais são bastante precárias, compostas de famílias que apresentam um grau elevado de desagregação, lembrando das famílias mantidas apenas pela mãe e taxas de desemprego que atingem os níveis mais elevados nos momentos de crise econômica, a escola deveria cumprir o papel de acolhê-las, situá-las, exercitar a convivência e a tolerância, e nunca de expulsá-las. A construção da sua autoestima é o que mais importa. A sua capacidade de aprender, dependente muito dessa acolhida.

Marchezan (2000, pág.16):

A educação é o fator decisivo para reduzir a pobreza e a miséria, sabemos que ela não tem o poder mágico de tirar uma família desempregada, sem casa ou sem-terra, da situação de penúria. Mas há suficiente evidência estatística de que a educação abre horizontes de emprego, aumenta a produtividade, desenvolve a criatividade, melhora o salário, orienta a pessoa a cuidar melhor de sua saúde, enfim, de que a educação é uma chave para uma vida mais digna. A superação da pobreza somente poderá acontecer se ocorrer, concomitantemente medidas econômicas, um maciço investimento em educação.

Deve-se observar que o rendimento escolar é considerado a capacidade de os alunos absorverem o conteúdo, serem capazes de aplicá-lo, expressá-lo, isto somado a habilidade do estudante com à competência dos seus professores e da instituição onde ele está inserido. No entanto o Programa Bolsa Família pode evitar que o aluno saia da escola, porque é uma das prerrogativas a fim de receber o benefício social a qual é se manter na escola, contudo isso não significa que ele aprenda ou consiga executar o que foi repassado como aprendizagem, ou seja, se manter na escola é uma coisa e aprendizagem é outra, os autores abaixo esclarecem:

A aprendizagem do aluno é avaliada pelo seu rendimento escolar, que consiste no resultado de equilíbrio de diversos fatores tanto de origem interna como externa, portanto, a frequência do aluno na escola não garante o seu rendimento (PEREIRA, 2015).

Contudo, ainda hoje temos que lidar com níveis altíssimos de improdutividade, consolidados nas taxas que indicam o baixo rendimento das escolas públicas. Isso significa que a exclusão atualmente deixou de ser qualitativa e quantitativa para ser somente qualitativa: todos estão na escola, mas esses alunos não aprendem nem a metade do que é esperado. (SOUZA, 2009.p.478).

Portanto pressupões que são muitos os fatores os quais levam a evasão escolar, cujo Programa Bolsa Família ameniza o problema da evasão escolar, mas não resolve, em razão de manter o discente na escola não significa dizer que este aluno esteja a contento aprendendo, exigindo outras políticas públicas para garantir a aprendizagem do aluno. Analisar-se-á isto no capítulo três, pois os professores responderam que o bolsa família não é suficiente para resolver a questão da evasão e manter esse aluno na escola e por muitas vezes pela vontade da família para não perder o benefício. No entanto há alunos que recebem o benefício, vão para a escola “aos empurrões”, sem motivação, exigindo da escola novos métodos e projetos para

acolher e ajudar esse aluno, também será analisado no capítulo três a questão do apoio da comunidade escolar no âmbito dessa discursão.

2.3 Superando as dificuldades da aprendizagem

Este tópico “superando as dificuldades de aprendizagem” visa explicar que não basta investir só na motivação do aluno, em virtude de o próprio Bolsa Família considerar a situação socioeconômica do aluno como um dos indicadores da evasão e reprovação. Isso significa que a escola não é suficiente e não é responsável para dar conta dos problemas de desemprego, da fome e da miséria dentre outros fatores. Não basta apenas motivar o aluno, cuja família está desempregada ou na linha da pobreza, porém porque este tópico é relevante para essa dissertação? O motivo de sua relevância se faz pelo seguinte motivo, por uma grande parte da vida desse aluno, se passa na escola, independente dos fatores sociais e econômicos que ele vive, pois assim como o Bolsa Família ameniza a fome e ao mesmo tempo impõe a frequência escolar como meio para poder receber o benefício. A escola, ambiente desse aluno, deve então procurar meios de ajudá-los a superar as dificuldades da aprendizagem, de forma motivadora e agradável, com o objetivo de despertar nesse aluno o desejo de ir para escola, não por obrigação, por receio de não perder o benefício, todavia porque ele gosta e sente-se parte integrante da escola.

A escola é uma instituição responsável pelo desenvolvimento do aluno como cidadão. Cidadão esse, com direitos e deveres, com saberes críticos e com autonomia nas decisões políticas, culturais, sociais e atua de forma ativa na construção do seu ser histórico. Eis a concepção de cidadão que a escola deve perseguir para seus alunos.

Quanto à concepção de escola, esta é uma instituição que tem como papel importante possibilitar aos cidadãos a oferta de ensino e aprendizagem, cuja função é orientar e prepará-lo socialmente. Assim,

“A escola é vista como uma instância que procede à mediação entre o cotidiano do aluno e a prática social global, sendo que, no seu interior, a educação escolar irá se efetivar. É um local onde o conhecimento é sistematizado, é uma instituição socializadora, onde os alunos desenvolvem competências e que proporciona a formação de cidadãos comprometidos com a sociedade e com o meio ambiente, concorrendo para a evolução desta mesma sociedade de forma mais justa e responsável; em síntese, é uma instituição importante na formação da cidadania” (CAMPBELL; 2010).

A escola é um espaço o qual garante o desenvolvimento pelas múltiplas dimensões do conhecimento, ampliando a visão do mundo, por meio das relações interpessoais. As

dificuldades na aprendizagem são uma realidade constante na vida do aluno, porém exige-se metodologias e projetos para o discente poder alcançar resultados, os quais somam para o seu desenvolvimento educacional, servindo-lhe para a vida toda. Portanto é necessário uma investigação no campo dessas dificuldades, descobrindo o motivo pelo qual trará esse bloqueio e possivelmente a um fracasso escolar, repercutindo assim em casos de evasão escolar ou até mesmo as crianças serem tachadas como “burras”, “lerdas”, “preguiçosas”, dentre outras. Para uma compreensão sobre a problemática do fracasso escolar Szymaski (2006, p.32), enfoca:

No momento que as notas são altas tudo vai bem, ninguém pensa em discutir a relação. Se o boletim e o comportamento deixam a desejar começa o jogo de empurra. Professores culpam a família “desestruturada”, que não impõem limites nem se interessa pela educação. Os pais, por sua vez, acusam a escola negligente, quando não tacha o próprio filho de irresponsável. Entretanto faz-se necessário descobrir quais são esses bloqueios e ao descobrir-los buscar meios e estratégias para estimular e ajudar o estudante a superar as dificuldades da aprendizagem, superando os seus desafios e acompanhar o processo do ensino e aprendizagem.

Por isso, este trabalho de superação é muito relevante para agrupar a participação dos docentes, da família, do estudante e das políticas de assistência social, com o propósito de fazer um levantamento de dados sobre o que realmente representa as dificuldades, buscando meios para superá-las, por meio de planejamento, projetos capazes de alcançar e ajudar estes estudantes a superarem suas reais dificuldades, as quais consequentemente resgate-os de forma a permanecer na escola e conclua o ensino com êxito, em consonância com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2010, p. 15).

Diante dessa cooperação entre toda a comunidade escolar, constituindo-se em uma aliança em prol do enfrentamento da aprendizagem do aluno, existirá uma grande possibilidade de avanço de resgate e continuidade de rendimento desse jovem, por conseguinte é dever da escola buscar essa parceria como: criar projetos educacionais e inclusivos dentro das estratégias delineadas no PPP (Projeto Político Pedagógico), reuniões constantes com as famílias, atividades as quais envolvam tanto a família como os discentes, docentes e toda a comunidade escolar, criando essa parceria conjunta, porque a escola não conseguirá cumprir com seu papel sozinha. Sabe-se que quando o aluno estar desmotivado, desinteressado, é normal ele se sentir com dificuldade de aprender, perca o interesse naquela disciplina ou termine perdendo a motivação de ir até mesmo para a

escola, entretanto, por sua vez, podem apresentar comportamentos de indisciplina ou conflitos emocionais internos. Para Bueno, (2013, pág. 12)

No âmbito escolar, a motivação vem sendo avaliada como um determinante crítico do nível e da qualidade da aprendizagem e do desempenho. Vários estudos sobre o tema demonstram que um estudante motivado mostra-se ativamente envolvido no processo de aprendizagem, despendendo esforços no sentido de utilizar estratégias adequadas, desenvolve novas habilidades de compreensão e de domínio; demonstra entusiasmo na execução das tarefas e orgulho em relação aos resultados positivos de seu desempenho, chegando a superar previsões baseadas em suas habilidades ou conhecimentos prévios”.

Nesta visão, é no ambiente familiar e no escolar, no qual o aluno convive e o que contribui diretamente no seu desempenho intelectual, favorecendo ou desfavorecendo o seu potencial de aprendizagem. Para Souza (1996) “a convivência no lar e na escola pode fazer a diferença entre uma deficiência propriamente dita, e um problema que torna o aluno incapaz de assimilar o conteúdo escolar”. Já na visão do Ministério da Educação, a escola é muito mais do que um depósito de alunos, porque:

O espaço da escola não é apenas um 'continente', um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um 'conteúdo', ele mesmo é educativo. Escola é mais do que quatro paredes; é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar idéias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. Há uma 'docência do espaço'. Os alunos aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento (FUNDESCOLA/MEC, 2006).

É de conhecimento geral em várias literaturas, sendo vários os indicadores da dificuldade de aprendizagem que os professores devem estar atentos em sala de aula, eis aqui alguns deles:

- Dificuldades na aprendizagem, causando atraso no seu conhecimento;
- O modelo educacional conteudista, que se preocupa mais com o quantitativo em vez do qualitativo;
- Baixo desempenho escolar;
- Falta de interesse pela vida escolar
- Indisciplina ou problemas emocionais;
- Depressão;
- Desmotivação estudantil;
- Ausência frequentes nas aulas;

- Evasão escolar.
- Bullying, etc.

Smith e Strinck (2001, p.15) dá sua contribuição a este assunto dizendo:

Muitas crianças com dificuldade de aprendizagem também lutam com comportamentos que complicam suas dificuldades na escola. A mais saliente dessas é a hiperatividade, uma inquietação extrema que afeta 15 a 20% das crianças com dificuldades de aprendizagem. Alguns outros comportamentos problemáticos em geral observados em pessoas jovens com dificuldade de aprendizagem são os seguintes: fraco alcance, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de destreza e falta de controle dos impulsos.

Ainda para o autor, “as dificuldades são às vezes tão sutis que normalmente as crianças não demonstram apresentar problema algum nas séries iniciais do ensino fundamental”, neste sentido na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, é de suma importância que se coloque professores/pedagogos empenhados na melhoria da alfabetização, professores com capacidade de diagnosticar algum transtorno de aprendizagem. Smith e Strick (2012, p. 17) ainda acrescenta, “as crianças com dificuldades de aprendizagem tem em comum o baixo desempenho, na maior parte do tempo estas crianças tem uma capacidade intelectual que funcionam de modo consistente”. Continuando, o autor utiliza-se da seguinte argumentação:

Embora muitas crianças com dificuldades de aprendizagem sentem-se felizes e bem ajustadas, algumas (até metade delas, de acordo com estudos atuais) desenvolvem problemas emocionais relacionados. Estes estudantes ficam tão frustrados tentando fazer coisas que não conseguem que desistem de aprender e começam a desenvolver estratégias para evitar isso. Eles questionam sua própria inteligência e começam a achar que não podem ser ajudados. Muitos se sentem furiosos e põem pra fora, fisicamente, tal sensação; outros se sentem ansiosos e deprimidos. Smith e Strick (2012 p.17)

Em face desse cenário é o professor o principal observador deste sinais de alerta que os alunos apresentam, cabendo a ele e a um conjunto de outros profissionais que atuam na escola, ajudar e trabalhar de forma coletiva, para poder resolver esses problemas, providenciar por meio de projetos, palestras, aulas mais atrativas e motivadoras, reformular ou adequar seus métodos e estratégias pedagógicas de forma a contribuir para o desenvolvimento e acolhimento do discente.

Tendo em vista todos esses fatores, faz-se necessário que se estabeleça todo um investimento na valorização do profissional da educação, infraestrutura da unidade escolar e a motivação dos alunos.

Considera-se que uma forma de motivar e enfrentar esta realidade na dificuldade da aprendizagem é a escola e a família andarem de mãos dadas, apoio do governo na elaboração de políticas públicas, reformar o modelo educacional conteudista, que se preocupam mais com provas e boletins, em vez de avaliar o aluno de forma qualitativa, a favor do desenvolvimento dos alunos, investir em políticas públicas como projetos que envolvam o desenvolvimento e envolvimento do aluno na escola em danças, músicas, arte, cursos de informática dentre outros, com a finalidade de conscientizar o jovem de ir a escola, não pelo medo ou exigência dos pais de perder o benefício Bolsa Família.

CAPITULO 3 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CHIQUINHO CAZUZA E MODESTINA MONTE NA CIDADE DE ALTOS – PI

3.1 O Programa Bolsa Família no estado do Piauí e no município de Altos

O Piauí é uma das 27 unidades federativas a qual compõem o Brasil, o mesmo se situa na faixa central da Região Nordeste, com uma população estimada em 3.289.290 habitantes distribuídos no seu território de 251.755,485km², o que leva a uma densidade demográfica de 12,40hab/km². Ao leste limita-se totalmente com o Maranhão sendo o rio Parnaíba o limite natural entre os dois Estados, ao leste limita-se com o Ceará, Pernambuco e Bahia, possui uma pequena faixa de fronteira com o Tocantins ao extremo sul e ao norte limita-se com o oceano atlântico com 66 km de extensão apenas. Seu território é muito extenso no sentido norte-sul (1400km) e ao mesmo tempo muito estreito no sentido Leste-Oeste (618km). Sua capital, Teresina fica na região norte do Estado as margens do rio Parnaíba, a única capital do Nordeste que não é banhada pelo oceano. Seu clima é o tropical e a temperatura média chega facilmente aos 30° na maior parte do ano.

Em termos de economia, a renda per capita é de R\$ 859,00, muito abaixo do valor do piso nacional do salário mínimo de R\$ 1.100,00. O setor industrial é incipiente, basicamente produzindo gêneros de primeira necessidade como alimentos. A agricultura é bastante mecanizada na região, dos cerrados ao sul, porém a infraestrutura de estradas que atende a região e as propriedades é altamente defasada ou inexistente. O Estado do Piauí não possui um porto marítimo por onde possa escoar sua produção, sendo dependente do Ceará e do Maranhão para fazê-lo. A malha ferroviária que atende o Estado basicamente liga a capital Teresina a

Parnaíba no litoral e a Fortaleza no Ceará, sendo administrada pela Transnordestina por regime de concessão de exploração.

Em termos de educação, o Piauí amarga vergonhosamente uma das piores situações, 40% dos idosos são analfabetos e entre os jovens a partir dos 15 anos a taxa chega a 16%.

O Piauí como um dos Estados mais pobres da Federação tem uma alta dependência dos repasses da União, em virtude desta realidade, famílias complementam suas necessidades com recurso do programa federal de transferência de renda, o Bolsa Família do Governo Federal desde a sua criação. Há muitos piauienses em situação de pobreza extrema por conta das condições do lugar, tanto climáticas quanto econômicas em especial no que tange a agricultura e pecuária praticada pelos agricultores familiares que dependem em sua maioria de chuvas para uma colheita e criação suficientes para se auto sustentarem. É por essa e outras razões que o acesso a programas de transferência de renda como o Bolsa Família se fazem necessários, assim sendo além de combaterem o índice de analfabetismo, mantendo as crianças e jovens na escola, ajuda também na renda.

No Brasil, 13,5% dos domicílios particulares permanentes recebiam, em 2019, dinheiro referente ao Programa Bolsa Família, contra 13,7% em 2018 (IBGE, 2019). Esta proporção era de 15,9% dos domicílios em 2012 e vem se reduzindo a cada ano em especial após o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, fato que levou governadores da Bahia, Paraíba, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte a ajuizarem ação junto ao Supremo Tribunal Federal contra os cortes de beneficiários do programa. Em 2020, o ministro Marco Aurélio do Ministério da Cidadania já havia concedido liminar proibindo cortes no programa durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), segundo matéria do dia 17/06/2021 do Jornal Valor Econômico:

O ministro levou em conta dados oficiais do Ministério da Cidadania, segundo o qual 527,4 mil beneficiários do Nordeste foram retirados do programa entre maio de 2019 e março de 2020 e outros 51,5 mil entre junho de 2020 e fevereiro deste ano. Por outro lado, no Sudeste, os índices se mantiveram estáveis, com mais de 3,9 milhões de inscritos no Bolsa Família em março deste ano — o maior índice desde 2015. No Sul, o número de beneficiários aumentou em mais de 116,2 mil entre janeiro de 2019 e março de 2021.

No Piauí, cerca de 33,23% da população que é de 3.118.360 habitantes é beneficiada com recursos do Bolsa Família. Quanto a queda no número de beneficiários é possível notar através de dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI que este número vem caindo consideravelmente no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019 exatamente pela política de redução de famílias beneficiadas já no início do governo Bolsonaro.

No município de Altos mais especificamente, são cerca de 4.436 famílias beneficiárias

do Bolsa Família até o mês de setembro de 2021 sendo 14.635 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, 95,4 % dos responsáveis familiares eram do sexo feminino. O Programa prevê o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades. Os repasses do Bolsa Família correspondem a uma fatia considerável da população, algo em torno de 35% da população total do município. Segundo o IBGE (2019), o programa cobre cerca de 83% a estimativa de famílias pobres no município. Dois fatores devem ser considerados no que tange a melhoria da cobertura do programa dentro do município, a atualização dos cadastros existentes com fins de evitar que as famílias tenham o pagamento interrompido e aliado a isso, ação por parte de busca ativa com fins de localizar e cadastrar as famílias, as quais estão dentro do perfil do programa e ainda não foram devidamente cadastradas.

3.2 Caracterização do município de Altos, da Unidade Escolar Modestina Monte e Unidade Escolar Chiquinho Cazuza

3.2.1 O município de Altos

Altos é um município brasileiro localizado no estado do Piauí, fazendo parte da Grande Teresina e do Território Entre Rios. Foi fundado em 12 de outubro de 1922 como unidade política, tem uma população estimada (IBGE, 2021) de 40.681 habitantes numa área total de 957,232 km² sendo a densidade demográfica de 40,54 hab/km².

O início do povoamento das terras que compõem hoje o município de Altos se deu por volta do ano de 1.800, quando João de Paiva Oliveira, vindo do Ceará mais precisamente do Crato, fixou moradia no que hoje corresponde ao bairro Baixão dos Paivas atualmente. O local escolhido por João de Paiva Oliveira fazia parte da antiga Vila de Santo Antônio do Surubim, hoje denominado Campo Maior. O desbravador inicialmente se ocupou de atividades ligadas a agricultura de subsistência e também a pecuária extensiva do gado.

Vindo de Teresina o primeiro padre da povoação, Cônego Honório José Saraiva, foi deslocado da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, da qual era vigário para a Vila de São José dos Altos como era conhecida na época, instalando no que hoje é o bairro Centro, uma capela de palha em devoção a São José, santo da devoção da família Paiva.

Em meados de 1890, vindo da Vila de Nossa Senhora dos Humildes (atual Alto Longá), o Capitão Francisco Raulino ali se estabeleceu com a primeira loja de tecidos nacionais e estrangeiros e outras mercadorias, impulsionando o comércio local. Foi ele o responsável pela

elevação da primeira casa de telha da localidade. Por iniciativa do benemérito Cônego Honório em 1901, foi iniciada a construção da Igreja de São José com apenas uma torre.

Em 1922 por iniciativa do governador João Luís Ferreira, a vila de São José dos Altos é separada de Alto Longá (antiga Vila de Nossa Senhora dos Humildes que havia ganhado autonomia bem antes), com o nome de “Altos” apenas. A instalação do município se deu no dia 12 de outubro de 1922 tendo sido nomeado como primeiro juiz de direito, Odorico Jaime de Albuquerque Rosa, que instalou a Câmara de Vereadores composta por cinco vereadores: José Tibúrcio do Monte, João Simeão da Silva, Antônio Ribeiro de Vasconcelos, José Francelino de Moraes e Lourenço Saraiva Barbosa, a Câmara empossada por sua vez deu posse ao primeiro prefeito, Alfredo Gentil de Albuquerque Rosa. Havia uma ligação familiar entre o prefeito e o juiz, sendo o primeiro tio do segundo. Assim teve início a vida política do recém criado município de Altos. Por sua proximidade com a capital acabou por ser bem mais povoado e se desenvolver bem mais rápido que Alto Longá do qual teve origem.

Espacialmente Altos possui uma localização privilegiada, passa por seu território duas malhas ferroviárias, a Estrada de Ferro Central do Piauí, ligando Teresina a Luís Correia e Parnaíba no litoral piauiense e a Estrada de Ferro RFFSA ligando Teresina no Piauí a Oiticica no vizinho Estado do Ceará, a partir de 1972, o município passou a ser o entroncamento das duas estradas de ferro fazendo surgir ao seu redor os bairros: Batalhão, Triângulo e Bacurizeiro. Por muitos anos cargas e pessoas foram transportadas pelos trilhos das duas ferrovias. Atualmente apenas a Estrada de Ferro RFFSA está ativa sendo explorada pela empresa Transnordestina S.A.

Em termos de potencial energético, a linha do sistema CHESF também corta o município, facilitando assim a instalação de quaisquer tipos de indústrias, atualmente duas grandes indústrias estão instaladas no município, a Europa Indústria de Castanhas que trabalha no processamento da castanha de caju, e a Moinho Piauí que processa trigo e derivados da soja. Há ainda um comércio bastante diversificado e um consolidado setor de serviços.

No que tange ao desenvolvimento humano, Altos ainda é um município dependente da capital, grande parcela da sua população é empregada em Teresina fazendo de Altos uma cidade dormitório, porque fica evidente o movimento pendular de trabalhadores e estudantes que se deslocam diariamente a capital para trabalho ou para conseguir os seus estudos. Nos últimos dois anos esse movimento tem diminuído quanto a classe estudantil, pois muitas faculdades têm se instalado no município com cursos na modalidade a distância. A sede urbana é formada por muitos bairros com serviços públicos básicos como Unidade Básica de Saúde (UBS) e em geral uma escola de 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Todos os bairros têm rede de distribuição

de água, mas apenas uma parte do Centro tem rede de esgoto.

A situação de pobreza e miséria se estende em geral a periferia, bairros como Santa Inês, São Sebastião, Vila Elvira, Ciana, Carrasco, Baixão São José e Conjunto São Luís concentram a maioria da população vulnerável, onde o desemprego é recorrente nestes locais, o acesso à educação é restrito, apenas o bairro Ciana e Baixão São José tem cada um, uma escola de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Como nem todos têm emprego ou educação disponível, muitos pais e mães procuram realizar “bicos” (trabalhos manuais) como lavadeira, pedreiro, carpinteiro, roceiro, babá e etc, empresas sem CNPJ e que não oferecem garantias trabalhistas como carteira assinada, pois levam homens para trabalhar de maneira sazonal em São Paulo, Minas Gerais, Bahia ou Mato Grosso no chamado corte de cana-de-acúcar, vão de forma clandestina para estes estados.

O cotidiano de vida nestes locais é bem difícil, as ruas em geral são beneficiadas com uma fina camada de “piçarra” (material natural composto por argila e pedras) onde no período seco, os populares sofrem com a poeira e no período chuvoso com a lama na porta de casa, doenças respiratórias no período seco são comuns bem como doenças como diarreia, febre e frieiras no período de chuvas. A maioria das famílias não tem uma moradia digna, apenas o Conjunto São Luís possui casas de alvenaria que foram construídas em 2018 para beneficiários do Bolsa Família em especial ou trabalhadores sem renda do município.

3.2.2 A Unidade Escolar Modestina Monte

A presente pesquisa estabeleceu como local de estudo a escola municipal Modestina Monte que está localizada na Rua São Francisco s/n, Bairro Tranqueira, Altos-PI. Sua infraestrutura conta atualmente com seis salas de aulas, um laboratório de informática, uma cantina, um pátio, uma diretoria, três banheiros. Das salas três são amplas e as outras três são menores e com pouca ventilação. A gestão da escola é democrática, em que compartilha decisões sobre a organização e funcionamento escolar, ao escolher um diretor, faz-se uma comissão eleitoral na escola em que os pais e professores votam na chapa para a escolha da próxima direção da escola, são eleitos pais e servidores para participar do conselho escolar em que muitas decisões são tomadas e de forma transparente como se devem utilizar os recursos financeiros da escola.

A Unidade Escolar Modestina Monte o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano nos turnos manhã e tarde. A escola atende no turno manhã de 07:20h às 11:20h as turmas de 1º ao 3º ano na sede e de 6º ao 8º ano no anexo – localizado na Unidade Escolar Anísio Lima bem próximo

a mesma. No turno tarde de 13:20h às 17:20h as turmas de 4º ao 7º ano.

A proposta pedagógica foi elaborada coletivamente: equipe diretiva, corpo docente da escola e ainda com a presença da pais e alunos representantes . Conta em seus quadros com dezoito funcionários sendo, dois vigilantes, dois auxiliares de serviços gerais e treze professores, a maioria com graduação apenas.

A Unidade Escolar Modestina Monte foi inaugurada com apenas uma sala de aula com o nome de Simplício Mendes no dia 11 de outubro de 1984. E no ano seguinte, foi ampliada e passou a contar com quatro salas de aula, na administração do prefeito José Gil Barbosa, sendo que a mesma recebeu o nome da primeira miss de Altos “Modestina Monte”. Após reformas e construção de duas salas de aula, passou a funcionar com seis salas, na administração do prefeito Cézar Leal Augusto Pinheiro.

O ensino fundamental de 9 anos foi implantado em 2007 no município de Altos, sendo que as séries foram substituídas por anos. A escola atualmente oferece o ensino fundamenta do 1º ao 9º ano, o Projeto Mais Educação, nos turnos manhã e tarde.

A Unidade Escolar Modestina Monte através da Educação Especial matriculou 12 alunos com necessidades Educacionais Especiais. Algumas dessas crianças são acompanhadas por Apoio Pedagógico, Atendimento Educacional Especializado(AEE) que funciona no contraturno escolar como reforço escolar e Psicopedagogo.

Os recursos adquiridos pela escola advém do Plano Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Mais Educação, com esses recursos a escola mantém materiais pedagógicos, didáticos, de limpeza, utensílios de uso na alimentação escolar e de materiais duráveis como: quadro de acrílico, vídeos, armários, copiadora, aparelho de som, câmera fotográfica, e outros recursos tecnológicos.

3.2.3 A Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza

A Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza, fica localizada no centro na cidade de Altos, Rua Lucrécio Avelino, Estado do Piauí, funciona em um prédio alugado. Trata-se de uma região carente com casas comerciais e residenciais, possuindo hospital, posto de saúde e grandes lojas, A Escola é situada em uma rua muito movimentada e pouco sinalizada, considerada de alta periculosidade, onde acontecem muitos acidentes envolvendo motos, bicicletas e carros. A rua possui asfalto, rede de esgoto e a coleta de lixo é realizada de 3 em 3 dias. Atende a uma clientela que em sua maioria são mães com baixa escolaridade, sobrevivem do emprego de domésticas ou trabalham em lojas passando o dia inteiro fora de casa.

A escola Chiquinho Cazuzza pertence ao sistema municipal de ensino da cidade de Altos-

PI e vem crescendo em quantidade de alunos em números relevantes. Está localizada na zona urbana deste município. Chiquinho Cazuzza foi criada no dia 02 de outubro de 2007 (02/10/2007), pela lei municipal de nº199/2007 e publicada em mural específico no prédio da prefeitura e em órgão de divulgação oficial de Altos, sob a gestão do prefeito municipal Dr. José Batista Fonseca, com a finalidade de atender a crescente demanda pelo ensino de 5ª a 8ª série, atualmente 6º ao 9º ano.

A unidade de ensino recebeu o nome de Chiquinho Cazuzza em homenagem ao ilustre professor, historiador e escritor, Francisco Ferreira Filho, que presidiu a 39ª cadeira da Academia Piauiense do Vale do Longá, o mesmo exerceu vários cargos nesta cidade. O primeiro diretor eleito pela comunidade escolar do mencionado estabelecimento de ensino foi o professor e geógrafo José Ribamar Morais Simeão, o qual permanece durante os dois anos. A 2ª diretora foi a professora Maria de Fátima de Moura Simeão, eleita com 80% por cento dos votos, formada em Língua Portuguesa, com especialização em Linguística Aplicada a Língua Portuguesa e Supervisão e Coordenação Escolar.

A escola oferece ensino de nível fundamental de 6º ao 9º ano. O ensino fundamental com o funcionamento de dois turnos (manhã e tarde) conta com três turmas de 6º ano com 88 alunos, três turmas de 7º ano com 87 alunos, duas turmas de 8º ano com 57 alunos, duas turmas de 9ª ano com 66 alunos, perfazendo um total de 298 alunos. Em 2015 foi implantado o programa Mais Educação, o qual beneficia o aluno com baixo rendimento escolar e situação de risco.

A política adotada para o atendimento da demanda 298 (duzentos e noventa e oito) alunos é uma política democrática a qual visa a participação, comprometimento e envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de construção de ações que contribuem para a melhoria da qualidade de ensino.

A procura é grande devida a localização do prédio, apesar das salas de aula serem pequenas para o número de alunos matriculados por turma. Neste estabelecimento há 5 salas, 01 para a sala de informática a qual encontra-se em desuso, 01 sala para diretoria, 01 sala para os professores, 01 cantina, 01 quadra para recreação, 03 banheiros, 01 para meninos, 01 para meninas e 01 para professores, as carteiras estão em péssimas condições e as mesmas não são apropriadas para a faixa etária dos alunos, a estrutura física da escola é boa, e em relação ao quadro dos professores efetivos todos são graduados e especialistas.

Em relação a infraestrutura da escola tem 01 freezer, 01 mesa grande dos professores, 03 armários para arquivos, 01 armário grande para os professores, 04 estantes para livros, 01 mesa para secretária, 10 cadeiras na sala dos professores em péssimas condições, 01 aparelho

de DVD, 01 microssister, uma caixa amplificadora, 01 microfone, 01 bebedouro em péssimas condições, 01 data show (queimado), 01 televisão de 29 polegadas e 01 estante para a TV. Vale ressaltar que a Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza, encontra-se funcionando em um prédio alugado, há 13 anos a comunidade anseia pela aquisição do prédio próprio e que este atenda as necessidades da educação local.

A escola conta com o corpo docente formado por 19 (dezenove) professores, sendo todos graduados ou especialistas. Na sua maioria efetivos. O quadro administrativo é composto por 08 (oito) funcionários, o qual se dividem nas seguintes funções: 01 diretor, 01 pedagogo, 01 auxiliar de secretaria, 03 serviços gerais e 02 vigias. A escola não apresenta boa condição de trabalho.

3.3 As entrevistas e os questionários

3.3.1 Entrevistas com Gestoras da escola Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte

Análise e interpretação dos dados das entrevistas aos gestores da escola, os sujeitos da investigação foram dois gestores de cada escola pesquisada. Para preservar a identidade destes, referiu-se aos mesmos identificando pelas letras, GC (gestor da escola Chiquinho Cazuzza), GM (gestor da escola Modestina Monte), com o intuito de caracterizar o perfil dos gestores, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 1 perfil das gestoras pesquisadas

Gestores	Tempo de efetivo na Prefeitura Municipal de Altos	Tempo na direção da escola	Formação
GC	17 anos	4 anos	Graduada Letras Inglês/ Especialista em gestão escolar
GM	20 anos	12 anos	Graduada em Letras Português/Letras Inglês. Especialista em Linguística

Fonte: A autora (2021).

O questionário teve por objetivo pesquisar e entender sobre o propósito desse trabalho que é investigar: qual o impacto do Programa Bolsa Família no combate à evasão escolar na Unidade Escolar Chiquinho Cazuzza e Unidade Escolar Modestina Monte no período de 2018 a 2019 no Município de Altos-PI?. Segue abaixo as análises e interpretações.

A primeira pergunta que foi elencada na entrevista feita aos gestores das duas escolas Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte: Quantos alunos do ensino fundamental foram matriculados, aprovados, reprovados ou abandonaram o ano letivo em 2018 a 2019? Utilizando as respostas obtidas, os dados foram mensurados e expostos no gráfico 01 a seguir, analisando a quantidade de alunos aprovados, matriculados, aprovados, reprovados ou abandonaram o ano letivo em 2018 a 2019 nas escolas Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte:

Gráfico 5 - Quantos alunos do ensino fundamental foram matriculados e não concluíram o ano letivo em 2018 a 2019



Fonte: A autora (2021).

Nas informações dadas pelo gestor da escola Chiquinho Cazuzza (GC), cujo consta no gráfico 5, os alunos matriculados em 2018 são 335 dos quais 250 recebem bolsa família, ou seja, mais da metade dos alunos matriculados e só teve apenas uma evasão escolar. Já em 2019 de 395 tem-se 315 que recebem o bolsa família, portanto, esse número de famílias que participam do Programa Bolsa Família aumentou e a frequência tem muita atenção no que tange ao acompanhamento na escolar, resultando num menor número de evasão escolar e reprovação.

Também vale constatar que não tem na escola Chiquinho Cazuzza educação do ensino fundamental menor do 1º ao 5º ano. Sobre a evasão da escola em 2019 foi relatado que não houve nenhuma evasão escolar e os transferidos são alunos que recebem bolsa família e alguns foram transferidos por conseguir vagas mais próximas de suas casas ou porque os pais viajaram para outro município. Nesta escola, a qual se encontra no centro da cidade, as famílias participam mais da vida do aluno junto à escola.

Verificou-se também na escola Chiquinho Cazuzza que há um estímulo para o rendimento escolar do aluno por meio de projetos, os quais são indicados pela secretaria da educação e readaptados de acordo com a necessidade da escola. São projetos na área da releitura de literaturas, em que os alunos levam livros paradidáticos para casa para ler, fazendo um ciclo de leitura, pois depois ele se reúne com os colegas de classe e compartilham o que aprenderam, jornal, área da natureza que se enfatiza a preservação e reflorestamento, neste projeto é incentivado a plantação de mudas para doarem, caminhadas com faixas sobre o tema ao redor da escola, na culminância são feitos paródias, danças, teatro, declamação de poesias, dentre outros, tudo produzido pelos alunos. O Projeto Mais Educação é voltado para aqueles alunos que têm mais dificuldades, atua como reforço escolar nas tarefas em contra turno com a sua aula, permanecendo o aluno o dia todo na escola e além de responder as tarefas e praticar a leitura e matemática, esses alunos escolhem um tipo de esporte na área de xadrez, dança ou instrumento musical como flauta e violão para praticarem como atividade lúdica. Segundo a Gestor do Chiquinho Cazuzza (GC) relatou que muitos alunos vão no início para o contra turno do Projeto Mais Educação e a maioria são beneficiários do Bolsa Família e com o passar do tempo, precisa-se de muito esforço e criatividade do professor para incentivar esses alunos a permanecerem na escola, pois segundo o GC, esses alunos vêm mais por conta dos pais terem medo de perder o benefício.

A informação do gestor da escola Modestina Monte (GM) de acordo com o gráfico 1, os discentes do ensino fundamental menor do 1º ao 5º matriculados são 291 alunos, participam do Bolsa Família 198 alunos, no 6º ao 9º anos são 219 matriculados, participam do Programa Bolsa Família 143 no ano de 2018, no entanto no ano de 2019 do 1º ao 5º anos foram matriculados 300 alunos e que participam do Bolsa Família são 203, no 6º ao 9º anos 219 matriculados e que participam do Bolsa Família foram 143 alunos.

Sobre a evasão escolar, foi relato que esses alunos abandonaram a escola, os pais mudaram de endereço ou de município e não informaram a escola, não há registro desses alunos em outra escola no município de Altos. Também GM (gestor da escola Modestina Monte) relatou que os alunos aprovados são em sua maioria alunos do Programa Bolsa Família e muitos vão para a escola apenas para não perder o benefício, e os pais não se preocupam no rendimento, acompanhamento das tarefas ou provas desses alunos, os quais mesmo chamados pela direção da escola e tendo projetos para ajudar no acompanhamento e no rendimento escolar, ainda assim eles se ausentam ou não participam.

Todavia muitos são alunos de famílias desestruturadas (separação dos pais, envolvimento com drogas, gravidez precoce, depressão, problemas financeiros, baixa

autoestima, transtornos, dentre outros) e desestimulados devido a esses fatores sociais que estão descrito no capítulo dois dessa dissertação sobre evasão escolar, como por exemplo a ausência de políticas públicas adequadas, desemprego e etc., além da pobreza e a situação de vulnerabilidade.

Dando continuidade a entrevista, foi questionado: “Na sua opinião o Programa Bolsa Família é suficiente para ajudar na permanência na escola e combater a evasão escolar? Justifique-se. Segundo as respostas foram:

GC: “Não, o programa bolsa família, é apenas um auxílio de ajuda, sendo insuficiente para manutenção familiar.”

GM: “Não. A escola precisa está desenvolvendo sempre atividades complementares do gosto dos alunos e que desenvolva habilidades que estimulem os mesmos a frequentarem à escola.”

Constata-se que de acordo com os dois gestores o Programa Bolsa Família é insuficiente para a permanência do aluno na escola, no entanto o que se observa é a diminuição da evasão escolar como consta no quadro 1, sobre o valor do benefício o GC argumenta que é um valor “insuficiente para manutenção familiar”, ou seja, apenas para amenizar uma realidade da desigualdade social, por outro lado, ajuda a manter o aluno na escola, mas não resolve e nem garante se este aluno ao ingressar no ensino médio se ele vai permanecer na escola e nem garante o rendimento escolar.

A próxima pergunta referia-se sobre quais as medidas que a escola tomou para combater a evasão escolar desses alunos, no tocante as respostas das perguntas foram:

GC: “São feitos projetos que vem orientado pela secretaria da educação do Município e que ao chegar na escola é readaptado de acordo com a realidade dos alunos.

GM: “A medida tomada para evitar e/ou erradicar a evasão escolar é realizar projetos de acordo com às necessidades de aprendizagem dos alunos, de acordo com os índices negativos em resultados de avaliações ou outros testes que apresentam dificuldades dos alunos. Projetos como: Programa Mais Alfabetização que tem como objetivo ajudar alunos com dificuldades na aprendizagem. Programa Mais Educação oferecer e desenvolver aulas de reforço de português e matemática, além de atividades de recreação e esportivas melhorando o desempenho dos alunos e tornando assim o ambiente escolar mais atrativo para os educandos. Projeto "Meu Amigo Livro" motiva e desenvolve o ato de leitura fazendo com os alunos se tornem bons leitores e conseqüentemente se tornem bons escritores. Tempo de Aprender" tem como finalidade desenvolver habilidades de leitura e escrita de alunos com dificuldades.

Portanto na fala dos gestores das escolas são realizados projetos para evitar a evasão escolar e ao mesmo tempo ajudar no rendimento escolar desses alunos e assim proporcionar uma educação de qualidade, os projetos são orientados pela secretaria da educação são adaptados de acordo com a realidade dos alunos, revendo suas dificuldades. A GM (gestora da escola Modestina Monte) relatou que “não tem como fazer esses projetos se realizar sem a

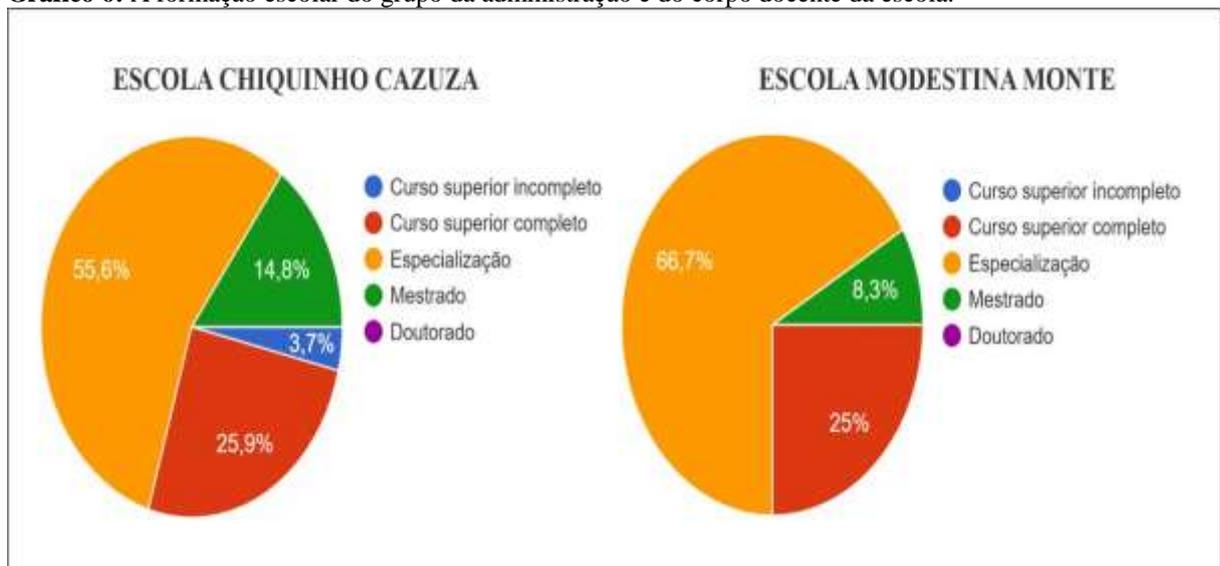
participação coletiva da comunidade escolar, que são partes fundamentais para que a aprendizagem aconteça e esse aluno se sintam valorizados e permaneçam na escola”, constata-se que é necessário planejar e replanejar com o envolvimento da família, comunidade escolar e sociedade, pois educação de qualidade vai além dos muros da escola. Assim como não se resolve o problema persistente que é a evasão na educação básica apenas no “chão da escola”, ou com um programa de governo, pois faz-se necessário políticas públicas com envolvimento de toda sociedade.

3.3.2 Análise do questionário 1 – Supervisor, coordenador, gestor e corpo docente.

Na escola do Chiquinho Cazuzza responderam ao questionário 27 pessoas sendo 03 do grupo da administração (gestores, coordenação, supervisão) e 24 professores, na Escola Modestina Monte 24 pessoas nas quais responderam o questionário, sendo 3 do grupo da administração e 21 do corpo docente, para facilitar a apresentação dos resultados, foi selecionado respostas dos sujeitos que serão identificados como PC (professores do Chiquinho Cazuzza) e PM (Professores do Modestina Monte):

A pergunta foi sobre a formação escolar do grupo da administração e do corpo docente da escola, analisados no gráfico 6 seguinte:

Gráfico 6: A formação escolar do grupo da administração e do corpo docente da escola.

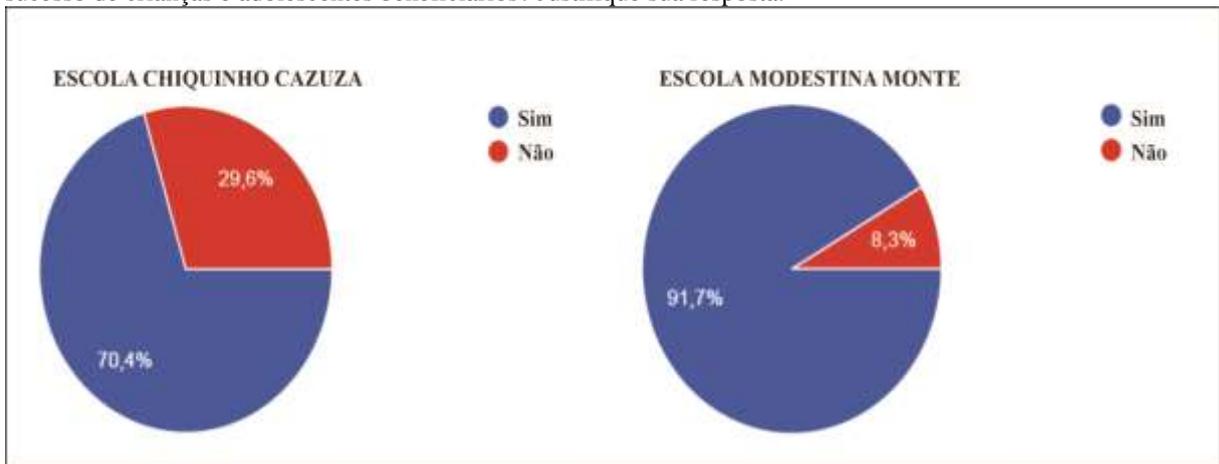


Fonte: A autora (2021).

No gráfico 6 observa-se que a maioria são especialistas em ambas as escolas sendo que PC (professores do Chiquinho Cazuzza) tem 55,6% e PM (Professores do Modestina Monte) tem 66,7% e apenas na escola PC tem 3,7% com professores de curso superior incompleto. Consta que tem professores com mestrado e nenhum com doutorado, “A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Para Romanowski (2009, p. 138), (...) com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho. Mediante o exposto é sabido afirmar que o docente deve está em constante aprendizado, necessitando de investimentos profissionais, tendo em vista que é a educação que forma as outras profissões.

Foi feito a seguinte pergunta no gráfico 7: Você acredita que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar com sucesso de crianças e adolescentes beneficiários? E foi pedido para justificar o sim ou não de sua resposta e a porcentagem foi:

Gráfico 7: Você acredita que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar com sucesso de crianças e adolescentes beneficiários? Justifique sua resposta.



Fonte: A autora (2021).

Pode-se observar que no gráfico 7 a maioria das duas escolas concordam que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar com sucesso de crianças e adolescentes beneficiários. Nas suas justificativas do sim, responderam:

PC: - O Bolsa Família para algumas famílias é a única fonte de renda e torna-se um fator relevante para incentivar o acesso e a permanência na instituição escolar, uma vez que poderá subsidiar em necessidades específicas.

- Eu mesmo me sinto fruto do Bolsa Família, foi quando minha mãe começou a comprar caderno de matéria pra mim porque até então eu estudava com um caderno pequeno isso já na quinta série, até mesmo uma caneta eu não tinha. Concluindo: foi um dos melhores programas que já foi criado, beneficiando o pobre diretamente. Hoje sou professor formado em Pedagogia e Matemática todos pela UESPI e presencial e graças a Deus concursado.

- Acredito que o aspecto social possa ser resolvido de outra forma. A oportunidade de emprego, cursos, formações e etc., podem levar as famílias a se desenvolverem.
- Acredito que sim, mas os filhos em muitos casos, são incentivados pelos pais a ir à escola pela necessidade de manutenção do benefício do bolsa família. E nem sempre se preocupam com a educação.

PM: - Creio que qualquer ajuda financeira fornecida aos mais humildes e necessitados contribui para a família proporcionar o (a) filho (a) ter acesso a escola. Mas também sou favorável que tenha o encorajamento de quem recebe o auxílio, buscar se aperfeiçoar e puder arranjar fonte de renda. Não se limitar apenas a benefícios do governo.

- Acredito que o Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias brasileiras, tendo como propósito atenuar a pobreza e proporcionar aos beneficiários o acesso e permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar.

- O benefício é uma forma de manter a frequência e permanência daqueles alunos com maior risco de evasão. Aqueles cujas famílias possuem o menor poder aquisitivo e menos instrução para muitas famílias a única renda fixa é o bolsa família Inclusão social.

- O programa beneficia as famílias de baixa renda, contribuindo para a permanência do educando na escola, sendo um forte vetor para a diminuição da evasão escolar.

Observa-se nas falas dos sujeitos da pesquisa sobre o bolsa família que o programa ajuda tanto na frequência e permanência da escola como na parte financeira, ver se em umas das falas do PC (professores do Chiquinho Cazuzo): “Eu mesmo me sinto fruto do Bolsa Família, foi quando minha mãe começou a comprar caderno de matéria para mim”, assim relata um professor concursado, resultado do Programa Bolsa Família.

O programa é realizado por meio de auxílio financeiro vinculado ao cumprimento de compromissos (condicionalidades), exposto anteriormente. Revisando essas condicionalidades as quais envolvem: saúde, educação e assistência social. Tendo como o objetivo o programa garantir a oferta das ações básicas, potencializadoras de melhorias da qualidade de vida das famílias, contribuindo para a sua inclusão social.

O sujeito da pesquisa PM diz que “qualquer ajuda financeira fornecida aos mais humildes e necessitados contribui para a família proporcionar o (a) filho (a) ter acesso a escola”, deste modo percebe-se a grande importância desse programa para a educação e sua contribuição.

Por outro lado, faz-se necessário saber a justificativa dos porquês alguns não concordaram que o Programa Bolsa Família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar com sucesso de crianças e adolescentes beneficiários, onde justificaram:

PC: - Muitos pais tem o Bolsa Família como uma única renda. Então com isso eles buscam de todas as formas manter a permanência do filho na escola.

- O Programa por se só não garante um salto dessa magnitude.
- Com sucesso não. Pois muitos vão para a escola apenas para receber o dinheiro, motivação para estudar não tem.
- Acho que faz é prejudicar porque as crianças tem que está na escola pelo processo de aprendizagem e não somente porque tem que prestar conta na presença da criança

na escola no final do ano.

- Pois os pais se interessam pra levar os filhos para escolar, por conta do benefício
- PM: - Não acho que promova o acesso à escola e permanência, pois evasão escolar ainda é muito grande nas escolas públicas.
- Muitos frequentam para não perderem o acesso ao programa.
- Só colabora na preocupação de algumas mães com a frequência de seus filhos, para não perderem o bolsa família.

Mediante o exposto na fala do PC (professores do Chiquinho Cazuzza) e PM (professores do Modestina Monte), os entrevistados compreendem que a maioria dos alunos vão para a escola apenas para garantir o recebimento do auxílio, já que umas das condicionalidades é a frequência escolar. O relato a seguir demonstra essa afirmação “Pois muitos vão para a escola apenas para receber o dinheiro, motivação para estudar não tem.”.para os professores do Modestina Monte: “Só colabora na preocupação de algumas mães com a frequência de seus filhos, para não perderem o Bolsa Família.”, ou seja, vão para a escola sem motivação, visando apenas o objetivo da família para não perderem o benefício. Vale esclarecer sobre o Programa Bolsa Família foi criado pela Lei n 10.836/2004 e unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, que realmente visa “combater a fome, a pobreza, promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos como: saúde, educação e assistência social.

Conclui-se que a maioria dos professores do Chiquinho Cazuzza e do Modestina Monte, acreditam que o Bolsa Família ajuda a promover maior participação dos pais no ambiente escolar, facilitando o acesso e a permanência do estudante, trazendo reflexos positivos na vida de crianças e adolescentes beneficiados, tendo em vista que muitos vivem de forma desigual e sendo obrigados a não ir para escola para ajudar na renda familiar ou em casa, por conseguinte, o programa embora tendo divisões de opiniões sobre o seu efeito na educação e da forma como a condicionalidade é exigida na frequência escolar de 85%, no mínimo, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, a fim de receber o benefício, isto é de muita relevância para a permanência do discente na escola e contribuindo para a diminuição da evasão escolar.

Foi questionado aos discentes e administradores da escola represados pelas siglas PC (professores do Chiquinho Cazuzza) e PM (Professores do Modestina Monte) sobre qual era o rendimento das crianças e adolescentes assistidos pelo Programa Bolsa Família:

- PC: -Infelizmente muitas famílias ainda estão mais preocupadas em manter e receber ajuda financeira, do que necessariamente com o desenvolvimento dos filhos na escola.
- Geralmente, as pessoas com mais vulnerabilidade social são as atendidas pelo referido programa, mas por ela está nessa condição não significa que esse aluno seja mais atrasado nos estudos, a ponto de possuir um índice de rendimento menor do que os outros alunos, embora sabemos que a tendência seja essa. O que ocorre é que esse aluno origina-se de ambientes que carecem da implantação de políticas públicas, de

políticas afirmativas, que atendam essas demandas desses menos favorecidos, que precisam de apoio, por não disponibilizarem de determinados recursos seja humanos e financeiros que ultrapassam a sala de aula. Porque com certeza, elas se esforçam bastante, mas não tem as mesmas condições que os demais alunos que não estão nessa condição de exclusão social, econômica, cultural e educacional. Porque a falta de condição dessa população ultrapassa a sala de aula. Pois, sabemos que a falta do poder aquisitivo (econômico), influência de forma negativa em vários outros setores da vida de uma pessoa carente (de recursos financeiros), a falta de recursos financeiros atinge outros fatores, outras áreas da vida de uma pessoa.

PM: - O programa ajuda em partes, tornando o rendimento de muitos regular e bom, mais que com adaptações necessárias possa tornar-se excelente.

- A maioria ver o programa como "permanência" por conta da frequência e o acompanhamento ainda é defasado, pois o objetivo de muitos é receber o valor.

- A maior parte das famílias assistidas pelo programa apresentam outros problema que não se resumem apenas na questão financeira, o que contribui bastante para seu nível de aprendizagem.

Decorrente do rendimento das crianças e adolescentes assistidos pelo Programa Bolsa Família, como se pode observar na justificativa do PC (professores do Chiquinho Cazuzo) que “muitas famílias ainda estão mais preocupadas em manter e receber ajuda financeira”, em vez de se preocuparem com o rendimento escolar do jovem, por outro lado, também há uma fala apontando as causas como: “ambientes que carecem da implantação de políticas públicas,(...) por não disponibilizarem de determinados recursos, sejam humanos e financeiros que ultrapassam a sala de aula”, por isso fica difícil este aluno competir com situações tão diversas referentes a fome, pobreza e fatores sociais já citados aqui no capítulo dois dessa dissertação. Entretanto o PM (professores do Modestina Monte) relata: “a maioria ver o programa como ‘permanência’ por conta da frequência” para não perder o benefício, fato apontado pelos próprios sujeitos da pesquisa.

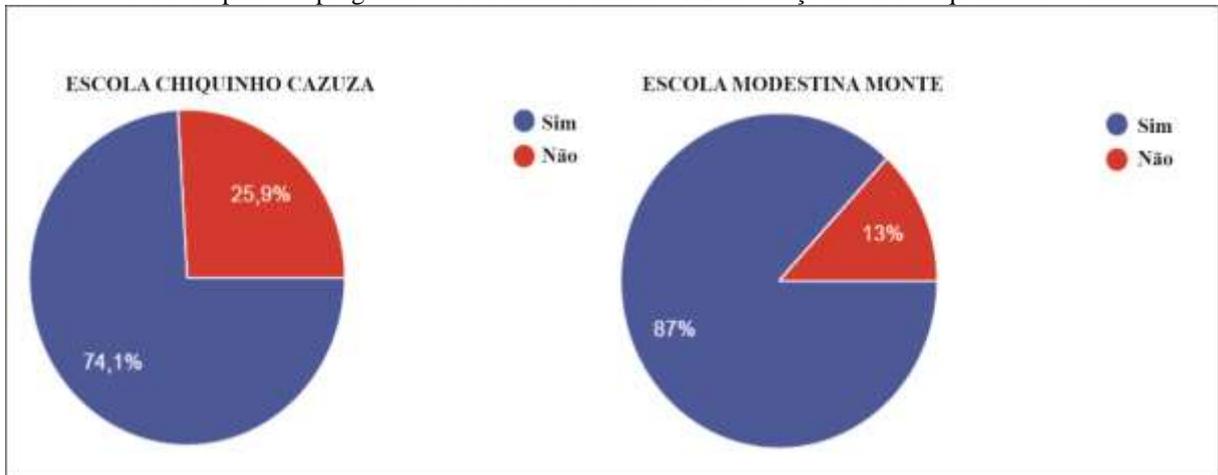
O programa foi criado buscando amenizar a fome e diminuir a evasão e a infrequência escolar das crianças de famílias de baixa renda, assim:

A aprendizagem do aluno é avaliada pelo seu rendimento escolar, que consiste no resultado de equilíbrio de diversos fatores tanto de origem interna como externa, portanto, a frequência do aluno na escola não garante o seu rendimento (PEREIRA, 2015).

Portanto existe um imenso desafio para um processo de aprendizagem significativa para os beneficiários do Programa Bolsa Família, logo no pensamento do autor Pereira, o programa “não garante o rendimento escolar”, porque precisa de inovações em suas finalidades e condicionalidades voltadas para práticas e estratégias que vão além da permanência do jovem na escola, com o apoio de toda a comunidade escolar e participação ativa dos governantes por meio de políticas públicas que realmente alcance esses jovens, possibilitando a se tornarem um cidadão ativo na sociedade e dispostos a contribuir no meio social.

Na pergunta seguinte sobre o programa bolsa família e as mudanças na vida dos que recebem, temos o gráfico 8:

Gráfico 8: Na sua opinião o programa bolsa família realmente faz mudança na vida de quem o recebem?



Fonte: A autora (2021).

Observando o gráfico 8, percebe-se que a maioria das escolas responderam que o Programa Bolsa Família realmente faz mudança na vida de quem o recebem sendo PC 74,1% e PM 87%, tendo como minoria um percentual de 25,9 para PC e 13% para PM. Analisando a fala dos sujeitos da pesquisa se dará ênfase as justificativas da maioria, as quais foram afirmativas no sentido de o programa bolsa família contribuir para uma mudança na vida de quem o recebe, portanto na fala dos sujeitos justifica-se sim por:

PC: - Muitos brasileiros não tem condições nem de comprar o que comer e o bolsa família é importante e necessário para essas pessoas.

- As mudanças e transformações é parcialmente feita até ao ponto que os pais exerce o controle sobre seus filhos e a perda desse controle trazem consequências negativas.

- Eu tiver mudança em vários aspectos da minha vida principalmente estudantil. Quando minha mãe começou a receber o bolsa família tudo melhorou, foi simplesmente uma graça de Deus. Foi quando o pobre começou até uma renda mesmo que pequena. Mais que para nós era enorme lembro- me hoje da alegria da minha mãe quando recebeu pela primeira vez.

PM: - Esses programas fizeram apenas colocar quem estava abaixo da linha da pobreza, um pouco mais acima dessa linha.

- Mesmo sendo um auxílio baixo, ajuda financeiramente aqueles que ganham pouco ou quase nada, e consequentemente combate à fome, etc.

- Acredito que sim, no momento que o Programa oportuniza a inclusão e permanência das crianças de classes menos favorecidas na escola. Porém, é sabido que a maior preocupação das famílias está centrada no medo de perder o benefício.

Constata-se na opinião dos PC: “Foi quando o pobre começou até uma renda mesmo que pequena. Mais que para nós era enorme lembro- me hoje da alegria da minha mãe quando recebeu pela primeira vez.”, e na justificativa de PM: “ajuda financeiramente aqueles que

ganham pouco ou quase nada, e conseqüentemente combate à fome, etc.”, ou seja, realmente como foi expostos nesta pesquisa o Bolsa Família colabora com os alunos mais carentes, porém, ressaltam que não resolve todos os fatores sociais, incluindo o qual foi exposto no capítulo dois sobre o rendimento escolar e os vários fatores que envolvem a vida do aluno, problemas como depressão, desinteresse na aprendizagem, gravidez na adolescência etc.

Conclui-se que o bolsa família ameniza situações de muitos cidadãos que se encontram em situações de extrema pobreza, desempregados e na margem da sociedade, para Novaes (2010): “O Bolsa Família no argumento das civilidades públicas abrange três dimensões: aliviar os impactos da pobreza; reforço aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação; desenvolvimento familiar, oferecendo a fim de as famílias sobrepujem a situação de vulnerabilidade e pobreza.” No entanto para Zimmermann (2006): “Se comparado aos programas sociais anteriores ao Bolsa Família, este representa um avanço significativo no combate a fome no Brasil, logo vem possibilitando uma melhoria na alimentação de muitas famílias de baixa renda”, diminuindo a desigualdade social, e combatendo o que se faz de mais urgente na vida de muitos brasileiros, os quais se encontram em situação de extrema pobreza e em vulnerabilidade.

3.3.3 Análise do questionário 2 – alunos(as) e pais ou responsáveis

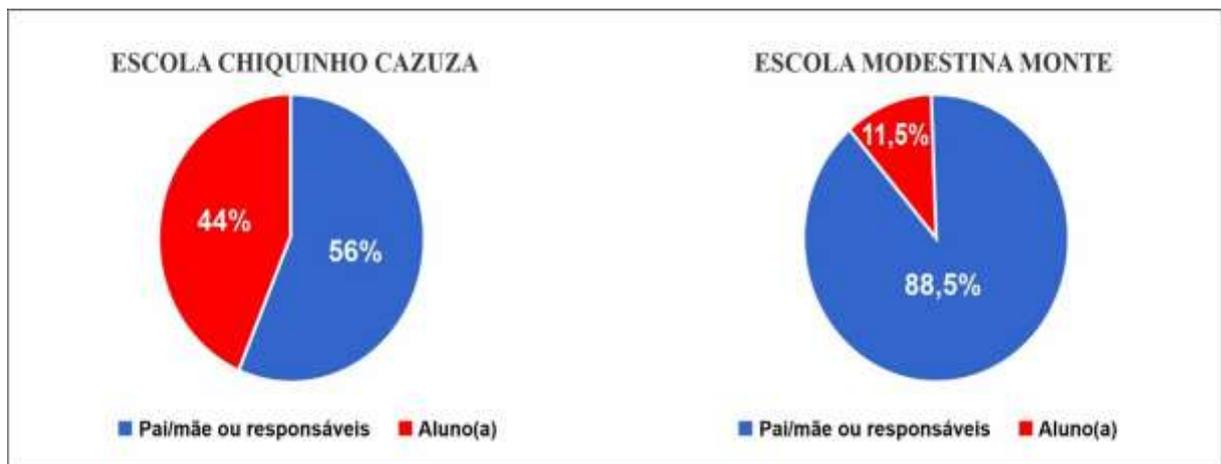
A análise e interpretação dos dados do questionário feito ao pai/mãe ou responsável e alunos(as) do campo de pesquisa foram perguntas objetivas, muitos pais responderam às perguntas, sendo todos beneficiários do Programa bolsa Família, foi enviado um formulário de perguntas para eles responderem no grupo de whatsapp de pais da escola, consta alunos(as) e pais/mães ou responsáveis nas escolas Chiquinho Cazuzza sendo um total de 96 pessoas, sendo 54 (pai/mãe ou responsável) e 42 alunos(as) na escola Chiquinho Cazuzza.

É importante observar que a maioria dos estudantes da escola Chiquinho Cazuzza mesmo com baixa renda e muitas dificuldades por estudarem numa escola no centro da cidade, eles têm mais acesso à internet, diferente dos pais/mãe ou responsáveis e alunos da escola Modestina Monte, sendo que responderam o questionário 63 pessoas sendo 56 pai/mãe ou responsável e 7 alunos(as). Este questionário é muito importante para essa pesquisa, desse modo coloca em pauta o que pais/mães ou responsáveis e alunos(as) pensam sobre o Bolsa Família, principalmente por serem uma das partes responsáveis diretos, a fim de que esse aluno não abandone a escola. A pergunta é “se realmente acham que esse benefício ajuda a combater a evasão escolar, promovendo o acesso e permanência do aluno na escola?”. Para Valla; Stotz (1994, pg. 55) é:

O fracasso escolar é visto como uma questão individual, própria de cada aluno e seus “problemas”. As altas taxas de “fracasso” indicam por si mesmas, que não podemos responsabilizar apenas os alunos, ou apenas seus pais, ou apenas os professores pelos problemas da escola pública. Na verdade, não se trata de achar “culpados” pelo fracasso escolar, mas entender que essa questão, para ser resolvida, precisa começar a ser encarada de outro modo. É preciso compreender que ela, pela sua grandeza, não pode ser encarada como uma questão individual, mas social, coletiva. Ela ultrapassa a vida de cada aluno e mesmo de cada escola.

Deve-se ainda entender nesta citação de Valla; que não se deve procurar “culpados” pelo fracasso escolar, porém esta problemática deve ser encarada como questão social de cunho coletivo que vem se prolongando desde os primórdios da civilização brasileira. Porém é viável afirmar que a presente pesquisa trouxe importante análise sobre a contribuição do programa para inserção social dos jovens, isto é, o programa ameniza a situação da evasão escolar, com a condicionalidade que impõe sobre o controle da frequência escolar, parceria com a família de levar os filhos para escola e com isso receber o benefício do Bolsa Família, faz-se necessário apontar também a importância da comunidade escolar, porquanto além da família tem-se professores, supervisor, coordenador e todos contribuí com a educação dos discentes. No gráfico 9 tem-se a porcentagem de quantos pai/mãe ou responsáveis e alunos(as) responderam o questionário para a análise dessa pesquisa.

Gráfico 9: Pai/mãe ou responsáveis e alunos(as)

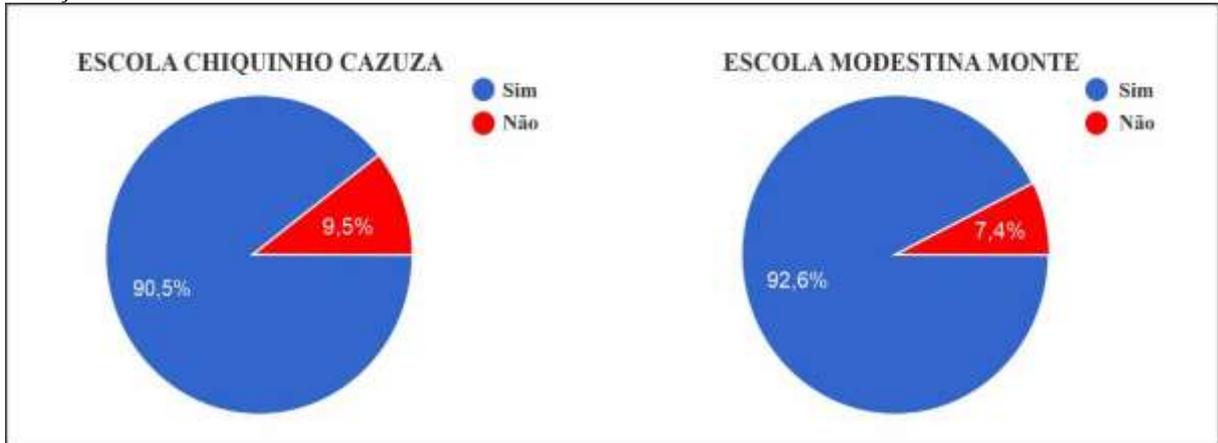


Fonte: A autora, 2021.

O gráfico 9 mostra que uma grande parte dos pais/mães ou responsáveis e alunos(as) da escola Chiquinho Cazuzza responderam em sua maioria o questionário, sendo 56% pais/mãe ou responsável e 44% alunos(as), no entanto a escola Modestina Monte poucos alunos(as) responderam o questionário com apenas 11,5% e a maior parte foram os pais/mãe ou responsável dando um total de 88,5%.

A pergunta seguinte exposta no gráfico 10, Você acha que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar de crianças e dos adolescentes?

Gráfico 10: Você acha que o Programa Bolsa família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar de crianças e dos adolescentes



Fonte: A autora, 2021.

Na opinião da maioria das escolas no gráfico 10, observou-se que a maioria dos abordados acredita que o Programa Bolsa Família ajuda a promover o acesso e a permanência escolar de crianças e adolescentes na escola Chiquinho Cazuzza com 90,5% e a escola Modestina Monte com 92,6%, sendo uma minoria que pensa o contrário com 9,5% no Chiquinho Cazuzza e 7,4% no Modestina Monte, portanto vendo essa minoria, dar para se repensar, projetos e políticas públicas voltadas para alcançar esses discentes que foram evadidos. Por outro lado, como foi exposto no capítulo dois dessa dissertação que versa sobre a evasão escolar e educação aprendizagem, que o bolsa família ajuda muitas famílias e discentes que vão para a escola para não perder o benefício, no entanto, não garante se este aluno ao chegar no ensino médio vai continuar os estudos, devidos a muitos fatores sociais que vão além da pobreza. Logo no ponto de vista de Lopes(2014):

Há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar - a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, 24 podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes.

Pensando nos motivos pelo qual os alunos abandonam a escola e analisando a fala de Lopes(2014), questionou-se aos pai/mãe ou responsáveis e alunos (as) no gráfico 11: Na sua

opinião quais motivos levam os alunos a abandonarem a escola?

Gráfico 11: Na sua opinião quais motivos levam os alunos a abandonarem a escola



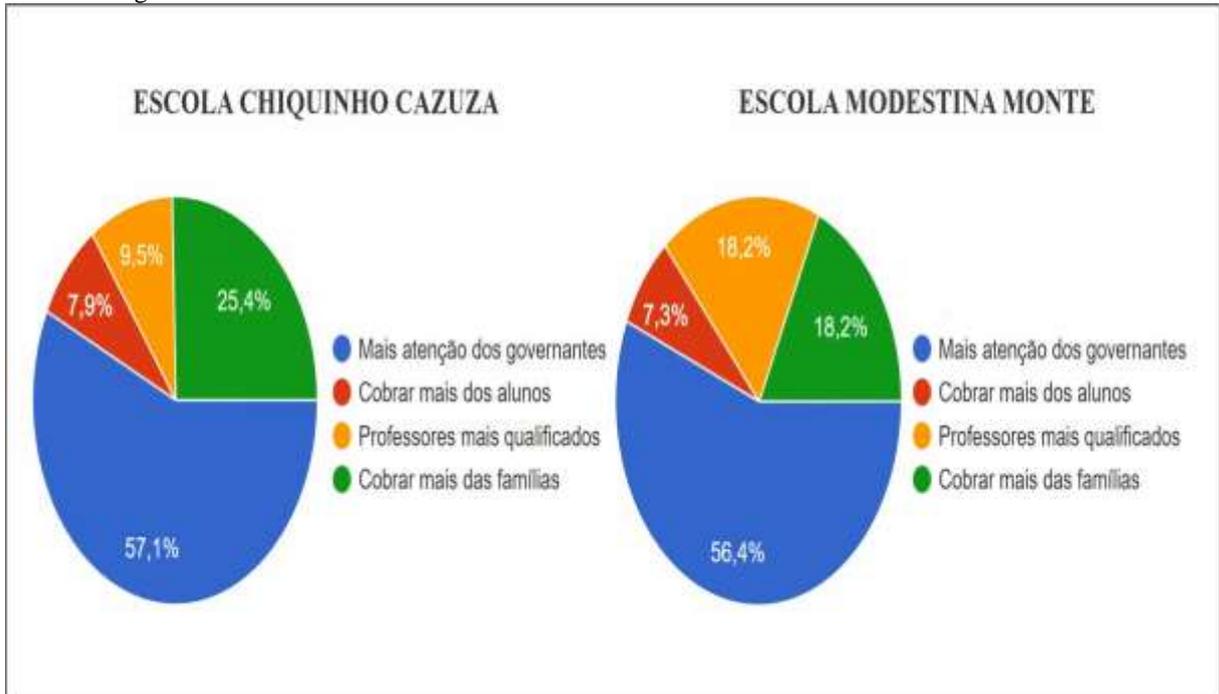
Fonte: A autora, 2021.

No gráfico 11, observando o total de porcentagens das respostas apresentadas referente as opiniões sobre quais motivos levam os alunos a abandonarem a escola, a maioria respondeu que é a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar com 39,1% na escola Chiquinho Cazuzá e 55,4% na escola Modestina Monte, vem em segundo e terceiro posição na escola Chiquinho Cazuzá a falta de interesse no que se é ensinado com 32,8% e família desestruturada 15,6% e com menor porcentagem Gravidez na adolescência 7,8%, distorção idade e série 4,7%.

Na escola Modestina Monte vem em segundo e terceiro posição Falta de interesse no que se é ensinado 16,1% e Família desestruturada 19,6% e com menor porcentagem Gravidez na adolescência 8,9%, distorção idade e série ninguém deu essa resposta.

Portanto como observou-se no gráfico acima, a questão da necessidade de deixar de estudar para ajudar na renda de casa é clara, a questão da desigualdade em que vivem muitos brasileiros que dependem do Programa Bolsa Família, que não tem como permanecer na escola, sem antes ter a garantia da comida na mesa. Já no gráfico 12 perguntou-se: na sua opinião, o que é necessário para combater a evasão com a permanência do aluno da escola, além do Programa Bolsa família?

Gráfico 12: Na sua opinião, o que é necessário para combater a evasão com a permanência do aluno da escola, além do Programa Bolsa família?



Fonte: A autora,2021.

Portanto para combater a evasão com a permanência do aluno da escola, além do Programa Bolsa família, a maioria respondeu no gráfico 12 que seria mais atenção dos governantes, sendo 57,1% para a escola Chiquinho Cazuzza e 56,4% para a escola Modestina Monte, apontando como responsáveis para combater evasão escolar além do bolsa família: cobrar mais dos alunos 7,9% e 7,3%; professores mais qualificados 9,5% e 18,2% e cobrar mais das famílias ficou em segundo lugar com 25,4% e 18,2%. Assim, compreende que precisa haver mais apoio do governo no sentido de criar políticas públicas

Portanto conforme O acesso universal à educação escolar obrigatória e gratuita, previsto pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), (BRASIL, 1996), já é um grande progresso alcançado em nosso país, no tocante à oferta de ensino público à população brasileira, mas por outro lado como foi apontado no , na opinião do pai/mãe ou responsável e alunos(as) de como combater a evasão com a permanência do aluno da escola, além do Programa Bolsa família, foi a maioria das respostas as quais precisam-se que os governantes invistam em políticas públicas capazes de alcançar os alunos que evadem da escola, com projetos que os incluam e dê oportunidades de saírem do estado de pobreza e possam a vim se tornar cidadão ativo e contribuindo para o bem estar social.

3.4 Análise dos Resultados

Pelos resultados apresentados, é possível perceber que a experiência do Programa Bolsa Família no município de Altos-PI nas escolas Chiquinho Cazusa e Modestina Monte ameniza a situação de famílias que se encontram em um estado de pobreza, pois diminui a evasão escolar no ensino fundamental, com aspectos positivos contribuindo significativamente para a vida dos jovens nos âmbitos em que o programa se propôs (educacional, frequência, renda), porém como foi abordado pelos professores das duas escolas abordadas nesta dissertação, não resolve a questão do rendimento escolar no processo do ensino aprendizagem do discente.

As respostas dos entrevistados nos questionários revelaram que o programa contribuiu para o retorno e/ou permanência dos jovens à escola, trazendo-lhes, assim, novas perspectivas de retomada para seus projetos de vida, porém segundo as respostas dos professores muitos vão para a escola por conta do benefício com receio de perder a ajuda financeira, foi apontados pelos professores, gestores, coordenador, supervisor das duas escolas que há necessidade de elaborar projetos para motivar e ajudar os alunos com menor rendimento escolar. Um dos requisitos para estar vinculado ao Bolsa Família é ter 85% de assiduidade, sendo que o programa não determina que os beneficiados tenham bons rendimentos, motivo pelo qual é possível observar a lacuna existente /entre frequência e aprendizagem.

Nesse sentido, cabe frisar que o desafio para um processo de aprendizagem significativa para os beneficiários do Programa Bolsa família, requer inovações em suas finalidades e condicionalidades direcionando-o para práticas e estratégias que não apenas visem à conservação do estudante no ginásio, mas sim possibilite uma aprendizagem satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar a compreensão de saber qual o impacto do Programa Bolsa Família no combate à evasão escolar na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuzza e na Unidade Escolar Modestina Monte no período de 2018 a 2019 no Município de Altos-PI e identificar qual é a visão sobre esse tema no ponto de vista dos gestores, professores, pais e alunos. O presente estudo tendo como objetivo geral em analisar O Programa Bolsa Família, como um programa de políticas públicas no combate à evasão escolar no período de 2018 à 2019 nas escolas municipais Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no município de Altos-PI, tendo como objetivos específicos analisar o que os professores e coordenadores das escolas consideram sobre a evasão escolar e se o programa bolsa família contribuiu na permanência dos alunos na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuzza e Modestina Monte no Município de Altos-PI. Procurou-se também avaliar os resultados encontrados em decorrência da implantação do Bolsa Família junto aos alunos e responsáveis entre o rendimento escolar e a diminuição da evasão escolar.

Constata-se que para começar a resolver os problemas de evasão, é necessário compreender, primeiramente, as suas raízes sociais e seus condicionantes. Quanto às políticas sociais e educacionais cabe a toda sociedade, profissionais da educação, enquanto cidadãos, cobrar aos governos mais ações que tenham como objetivos amenizar a precarização da educação pública.

É importante ressaltar que esse debate não se esgota por aqui, e tampouco foi intuito desse trabalho concluí-lo. A partir das reflexões, discussões e propostas aqui suscitadas o que pode-se levantar é que a educação pública precisa ser sempre repensada e estar constantemente sendo reconstruída. Nesse sentido, buscou-se apontar o objeto central do trabalho inicialmente realizando uma análise contextualizada da educação brasileira sob a ótica das desigualdades sociais, fazendo um comparativo sobre o viés do direito garantido pela CF-1988. A partir daí, discuti sobre a concepção de educação sobre a perspectiva de se constituir como um referencial de ascensão e transformação social, inserindo-se como estratégia importante no processo de luta contra as desigualdades sociais, resultado por meio de projetos que foram elaborados pela secretaria da educação e que a escola readaptou de acordo com a realidade do aluno, ou seja, suas dificuldades na aprendizagem, para assim serem motivados a aumentar o seu rendimento escolar.

Verificou-se também que a escola, dentro de suas limitações, assume a responsabilidade de revelar as causas e as consequências da evasão escolar, que o programa

Bolsa família ameniza, porém não resolve a situação no rendimento escolar do discente, haja vista que o aluno muitas vezes sente-se obrigado a ir para à escola para não perder o benefício.

As entrevistas realizadas permitiram uma aproximação ainda maior com o objeto de estudo. Por meio do estudo de caso foi possível coletar informações acerca da relação do programa bolsa família, evasão e o trabalho pedagógico da escola no que se refere a articulação, comunicação e participação junto as propostas educacionais voltadas para a temática da pesquisa.

Contudo, os dados coletados e analisados na pesquisa permitiram identificar as causas e as consequências da evasão escolar, assim como a importância do Programa Bolsa Família como meio de amenizar a evasão escolar, sendo uma política pública necessária, mas que precisa de reajustes para solucionar a questão do rendimento escolar do aluno.

No que se refere aos sujeitos entrevistados, foi possível perceber um pouco de suas histórias de vida, compreender suas condições socioeconômicas e entender os motivos que os levaram ao processo de evasão escolar. Foi possível também perceber e analisar o trabalho que a escola vem fazendo para combater os problemas do abandono e do fracasso escolar. Mesmo diante de suas limitações, no tocante a falta de estrutura adequada para resolver o problema, demonstrou estar atenta às necessidades e demandas dos indivíduos por ela atendidos, frente ao seu contexto individual, familiar e comunitário. Percebeu-se ainda, o comprometimento dos profissionais da escola em estreitar as relações com seus alunos no que se refere a desconstrução dos motivos que podem, e/ou levaram ao abandono da escola. Assim, pode-se perceber que a escola tem buscado replanejar e aprimorar suas estratégias no combate ao fracasso escolar.

Considera-se que a pobreza como um fator que influencia negativamente o desenvolvimento integral da pessoa interferindo em suas habilidades e potencialidades, verificou-se por meio da pesquisa que o bolsa família não é capaz de alcançar todos os fatores sociais que vão além da fome, da miséria, fatores esses que se referem a desestrutura familiar, gravidez na adolescência, desinteresse do aluno, dentre outros.

A elaboração da pesquisa, bem como a coleta dos dados e mensuração dos mesmos, proporcionou uma análise sobre a temática vista por três grupos distintos: o gestor da escola, o grupo que faz parte da administração escolar (coordenador, gestor e supervisor), a família e alunos, representadas por elementos que possuíam vínculos com o Programa Bolsa Família e por meio das falas dos gestores e professores das Escola Chiquinho Cazusa e Modestina Monte, que tiveram algum tipo de contato ou participação com o Programa Bolsa Família, elemento

formador do objeto de estudo.

Portanto o Programa Bolsa Família é fundamental no combate à evasão escolar, cujos objetivos traçados, preocupados mais com a frequência escolar, um condicionante imposto as família que recebem o benefício, envolvem a redução da evasão escolar, porém falta rever a melhoria dos índices no rendimento escolar dos alunos, as quais essas metas se sobressaem por serem as mais dificultosas de serem solucionadas no cotidiano escolar e por impactarem diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Também deve acrescentar que com o governo atual por meio da Medida Provisória nº 1.061, cria o Auxílio Brasil, um novo programa social substituto do Bolsa Família, o qual traz muitas incertezas e questionamentos em relação a sua eficácia, se é um programa de gestão ou um programa de governo, será que vai realmente atender todos os vulneráveis? Tendo em vista a presente crise agravada pela pandemia do COVID-19 com aumento desenfreado do desemprego.

Conclui-se em torno da pesquisa que revelou que é fundamental o Programa Bolsa Família para diminuir a evasão escolar, embora tanto a família quanto à escola se perdem na dimensão e na complexidade das relações internas e externas que interferem no processo socioeducativo do indivíduo referente ao rendimento escolar, por isso pode-se relacionar às dificuldades socioeconômicas das famílias, a falta de políticas públicas constantes para a permanência do aluno na escola, dentre outros fatores, resultando em instrumentos para políticas públicas afirmativas com educação de qualidade e em consequência o aumento de alunos que irão concluir o ensino fundamental com êxito.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Adriana. **Fome Zero: A Construção de uma Estratégia de Combate à Fome no Brasil**. In.:

ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

ARAÚJO, José Luís Lopes. **Atlas Escolar do Piauí, espaço geo-histórico e cultural**. 2ª edição. Editora Grafiset. João Pessoa-PB: 2016.

ARRETCHE, Marta. MARQUES, Eduardo. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs). **As Políticas da Política: Desigualdades e Inclusão nos Governos PSDB e PT**. São Paulo: Editora Unesp. 2019.

ARRUDA, Danielle. **Evasão escolar no ensino técnico: a análise de políticas públicas educacionais no ensino técnico**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

AZEVEDO, Andrea Bárbara Lopes de, TIBIRIÇA, Júlia. MANZANO, Marcelo (orgs); [et al.]. **Cinco estudos sobre a realidade brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

BRASIL, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município: Altos/PI**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em 10/10/2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Estado – Resumido: Piauí**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-resumido-estadual.html>. Acesso

em 10/10/2021.

BRASIL. **Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola FUNDESCOLA / MEC.2006.**

BRASIL. *Instrução Operacional* n. 19, 2013, de 07 de fevereiro de 2013. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/IO-Conjunta-%20no-19-%20SENARC-SNAS%2007de-fevereiro-de-2013_alterada.pdf. Acesso em: 11 de Dez. De 2019.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação*. Disponível em: Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado, 1988.

____ Lei n. 10.836. **Cria o Programa Bolsa Família** e dá outras providências. 9 jan. 2004 a.

____ Decreto n. 5.209. **Regulamenta a Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. 17 set. 2004b.

____ Portaria GM/MDS Nº 551. **Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. 09 nov. 2005a.

BUENO, Wilton Silva. **MOTIVAÇÃO E DESMOTIVAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**. 2013. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8133/1/2013_WiltonSilvaBueno.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CAMPBELL, Selma Inês. **Projeto Político pedagógico: guia prático**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

CAPETTI, Pedro; MARTINS, Elisa. **Bolsa Família volta a ter fila, com 500 mil Inscritos em apenas um ano**. Agência O Globo. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bolsa-familia-volta-ter-fila-com-500-milinscritos->

em- apenas-um-ano-24212714. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

CASTRO, J. A. **Política social e desenvolvimento no Brasil In: Economia e Sociedade**. v. 21, n. 4, dez. 2012. [especial] Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>

CASTRO, J. A. **Política social e desenvolvimento no Brasil In: Economia e Sociedade**. v. 21, n. 4, dez. 2012. [especial] Disponível em: <https://goo.gl/NySV56> da-extrema-pobreza-no-brasil. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2016. Disponível em:<<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>>. Acesso em: 03 março de 2021.

FERREIRA, Silvana. **Evasão e Avaliação Escolar na Era da Educação Digital:: Por uma Prática de Ensino Participativa e Integrada às Demandas Sociais**. 1. Ed -Curitiba: Editora Appris,2020.

FRANCO, L. A. C.; SAUERBRONN, S. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **FGV Social comenta os cortes no Bolsa Família e o aumento da extrema pobreza no Brasil**. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>

GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. (2009). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>

GOMES, F. G. **“Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil”**. In: *Revista de Administração Pública* [online], vol. 40, n.2, 2006, p.201-234. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. 76122006000200003 Acesso em: 01 abr.2020.05/10/2016.

IBGE,2019. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>

ICHIHARA, Maria Yury, RAMOS, Dandara de Oliveira, NERY, Joilda Silva, PESCARINI, Daiane Machado, ALVES, Flavia Jôse, BARRETO, Mauricio L. **Programa de Transferência de Renda Condicionada e seus efeitos na saúde: impactos do Programa Bolsa Família**. In: SILVA, Tiago Falcão (Org.). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para discussão Ipea, n. 2499).

IPEA. **Texto para discussão / Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a Educação – O mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1995.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 90p. il.

LOPES, N. **Como combater o abandono e a evasão escolar**, disponível em <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolarfalta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>> Acesso em 16 de Agosto de 2014, 17:57:30.

MADEIRO, Carlos. **Com nova fila criada, espera para entrar no Bolsa Família chega a 10 meses**. Agência UOL, 2020. Disponível em:

MARTINS, Luísa. **STF julgará a partir do dia 25 cortes no Bolsa Família**. Publicado originalmente em 17/06/2021. *Jornal Valor Econômico*, Grupo Globo, Brasília-DF. Disponível:<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9xWMdJ4FsYMJ:https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/stf-julgara-a-partir-do-dia-25-cortes-no-bolsa-familia.ghhtml+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Consultado em 10/10/2021.

MDS: **O Ministério do Desenvolvimento Social** -(2019):<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/janeiro/bolsa-familia-acompanhamento-da-frequencia-escolar-dos-beneficiarios-tem-o-melhor-resultado-da-historia>

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A Socialização da Força de Trabalho: introdução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORAES, Eliana. **EVASÃO ESCOLAR**. 2015. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/748-4.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

NADU, Amanda do Carmo Amorim. **O Programa Bolsa Família e seus efeitos na educação**. Pensar a Educação em pauta, 06 de abril de 2018. Disponível em:<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-programa-bolsafamilia->

NERI, Marcelo, OSORIO, Manuel. **Condicionalidades, Jornada e Desempenho Educacional**. In: SILVA, Tiago Falcão (Org.). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018.

NOVAES, F. S. *O Bolsa família no contexto das políticas públicas*. Vitória ES. Nov, 2010.

PEREIRA, F. O. *Especificidades do rendimento, aptidão e motivação escolares em alunos com dificuldades de aprendizagem*. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 3, Setembro/Dezembro de 2015.p. 525-536. Disponível em: Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

RESENDE, Thiago. **Há um ano, governo já sabia da falta de dinheiro para o Bolsa Família**. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/ha-um-ano-governo-ja-sabia-dafalta-de-dinheiro-para-o-bolsafamilia.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compw a. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Patrícia. O. S.; SILVA, Antonio. L. & FERREIRA; D. C. (2016). **“Fora de casa o único serviço que a gente faz é bagunçar”**: diferenças geracionais e contribuições de uma política pública para a agência das crianças. In.: Anais Eletrônicos da 30ª RBA: Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos. UFPB, João Pessoa.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História Antiga e Medieval**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf, Acesso em: 09 de novembro de 2018.

_____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARAIVA, Terezinha. **Educadores explicam a desmotivação de professores**. 2009. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/noticias/imprimir.asp?Noticia=273296>> . Acesso em: 14 fev. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 32ª ed. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 1999.

SENARC, S. N. R.C. **Cadastro Único e Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8378836-Cadastro-unico-e-programa-bolsa-familia.html>. Acesso em: 08 de Dez. de 2019.

SINGER, P. **A formação da classe operária no Brasil**. São Paulo: Atual; Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1987.

SOUZA, E.M. **Problemas de aprendizagem - criança de 8 a 11 anos**. Bauru: EDUSC, 1996.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael G.; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos**. In: SILVA, Tiago Falcão (Org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

TJARA, Alex. **Cortes no Bolsa Família impulsionam aumento da extrema pobreza no Brasil**. Agência UOL, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/19/cortes-no-bolsafamilia->

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. **Educação saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, março de 1994.

VEIGA, I.P.A. e FONSECA, M. (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VIGOTSKI, L. S. (2004a). **O problema da consciência**. In L. S. Vigotski. Teoria e método em psicologia (3ª ed., pp.171-189). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1925).

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

WITTER, Geraldina Porto; LOMACO, José Fernando. **Psicologia da Aprendizagem: Estratégias para professores**. São Paulo: Epu, 1977. 50 p.

ZIMMERMANN, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo Lula no Brasil**. Sur, Rev. Int. direitos human.2006, vol.3, n.4,pp.144-159. ISSN1806-6445. Doi: 10.1590/S1806-64452006000100009. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acesso em 5 de Nov de 2019.